



Texto para Discussão 016 | 2017

Discussion Paper 016 | 2017

Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda no Crescimento e na Crise – Análise do Período 2001/2016

João Saboia

Professor Emérito do Instituto de Economia da UFRJ

João Hallak Neto

Pesquisador Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

André Simões

Pesquisador Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Paulo Dick

Pesquisador Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

This paper can be downloaded without charge from

<http://www.ie.ufrj.br/index.php/index-publicacoes/textos-para-discussao>

Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda no Crescimento e na Crise – Análise do Período 2001/2016¹

Junho, 2017

João Saboia

Professor Emérito do Instituto de Economia da UFRJ

João Hallak Neto

Pesquisador Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

André Simões

Pesquisador Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Paulo Dick

Pesquisador Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

¹ Esse artigo foi desenvolvido com recursos do Projeto Nopoor apoiado pela União Europeia. Ver www.nopoor.eu.

Resumo

O presente estudo trata da evolução do mercado de trabalho brasileiro e da distribuição de rendimentos do trabalho desde os anos 2000. No período analisado ocorreram transformações significativas, em que se alternaram anos de maior dinamismo, com efeitos positivos sobre as condições de trabalho, com a fase mais recente, marcada pelo aumento do desemprego e piora das condições de trabalho e de vida da população.

Em que pese a deterioração do mercado de trabalho nos últimos anos, sobretudo em 2015 e 2016, os indicadores de desigualdade apresentaram tendência distinta, com continuidade da desconcentração de renda e posterior estabilização até o final do período. As correlações e regressões realizadas mostraram que tais resultados estão associados, não apenas ao comportamento da economia, mas também à política de valorização do salário mínimo, que manteve os ganhos de rendimento dos décimos inferiores em patamares mais elevados do que o observado para os décimos superiores.

Assim, a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro revelou a importância de políticas públicas para a garantia das condições de vida dos trabalhadores. Tais políticas asseguram que as condições de vida dos trabalhadores sejam preservadas, mesmo para aqueles que perdem seus empregos. Para os que se mantêm empregados, objeto do presente trabalho, políticas como a de valorização do salário mínimo cumprem a função de minimizar as perdas no rendimento estabelecidas pela crise.

Abstract

This study deals with the evolution of the Brazilian labor market and the distribution of labor income since the 2000s. During the period analyzed, there were significant changes, in which there were alternating years of greater dynamism, with positive effects on working conditions, with the most recent phase, marked by rising unemployment and worsening working and living conditions.

Despite the deterioration of the labor market in recent years, especially in 2015 and 2016, inequality indicators showed a different trend, with continued deconcentration of income and subsequent stabilization until the end of the period. The correlations and estimated regressions showed that these results are associated not only with the behavior of the economy but also with the policy of valorization of the minimum wage, which maintained the income gains of the lower tenths of the income distribution in higher levels than the ones observed for the higher tenths .

Thus, the dynamics of the Brazilian labor market revealed the importance of public policies to guarantee the living conditions of workers. Such policies ensure that the living conditions of workers are preserved, even for those who have lost their jobs. For those who remain employed, object of the present study, policies such as the valorization of minimum wage fulfill the function of minimizing the losses in income caused by the crisis.

Introdução

Os últimos quinze anos foram palco de transformações significativas no mercado de trabalho brasileiro, que intercalou um longo período de dinamismo, traduzido em altas taxas de crescimento do emprego e elevação contínua da renda, com efeitos positivos sobre as condições de vida dos trabalhadores; com uma fase – atual – marcada pelo aumento do desemprego e piora das condições de trabalho. Sua dinâmica foi influenciada por uma conjugação de políticas públicas voltadas para a expansão da demanda - capitaneadas pela política de valorização do salário mínimo – cujos efeitos, por sua vez, não se mostraram sustentáveis ao longo do tempo, pois atuaram em conjunturas políticas e econômicas específicas.

Uma importante consequência deste processo encontra-se no aumento da formalização do trabalho, onde o crescimento da proporção de trabalhadores com carteira de trabalho assinada e daqueles que contribuem para a previdência social revela um mercado de trabalho que vem fornecendo condições básicas de proteção social para mais da metade dos trabalhadores brasileiros. Não menos importante se encontra o aumento da renda oriunda do trabalho verificada em todos os estratos de rendimento, mas com impacto maior entre os estratos inferiores, sobretudo os que recebem rendimentos em torno do salário mínimo, levando não apenas à queda da desigualdade – verificada em indicadores clássicos, como o índice de Gini - mas com impactos positivos na garantia de reprodução das condições de vida dos trabalhadores, já que esta fonte de renda compõe mais de 70% dos rendimentos dos domicílios (IBGE, 2015).

Entretanto este dinamismo que foi a tônica dos últimos anos vem sendo colocado à prova com o aprofundamento da crise econômica e política que se abateu sobre o país a partir de meados de 2014, levando à inversão de tendências apresentadas por uma série de indicadores que até então refletiam as condições favoráveis do mercado de trabalho brasileiro. O aumento contínuo da taxa de desocupação e, em menor medida, a queda do rendimento médio do trabalho, vem apontando para a deterioração das condições de vida dos trabalhadores brasileiros, em especial para a parcela com inserção mais vulnerável no mercado de trabalho. Este comportamento, verificado tanto para a população ocupada quanto para a população economicamente ativa, não impacta diretamente os indicadores de desigualdade de rendimento, quando analisados para o primeiro caso. Em outras palavras: apesar da queda generalizada do rendimento do trabalho os indicadores de

desigualdade vêm mantendo a trajetória de queda, ao longo de quase todo o período, o que implica muito provavelmente que o rendimento esteja caindo mais entre os trabalhadores que ganham mais.

As questões que envolvem o comportamento recente do mercado de trabalho brasileiro e seus impactos sobre os indicadores de desigualdade de rendimento são objeto do presente trabalho. Pretende-se mostrar que, a despeito dos impactos da crise econômica sobre o mercado de trabalho, o rendimento dos estratos mais vulneráveis dos trabalhadores caiu menos do que o observado para os estratos com os maiores ganhos, o que se deu, muito provavelmente, por conta da manutenção da política de valorização do salário mínimo que possui impacto maior sobre os segmentos que auferem os menores rendimentos. Da mesma forma, pretende-se mostrar que, embora o desemprego venha atingindo níveis elevados, promovendo a deterioração das condições de vida da população, entre a população ocupada os efeitos da crise não estão afetando de forma efetiva a estrutura geral do mercado de trabalho que mantém mais de 50% dos trabalhadores ocupados em trabalhos formais, ao mesmo tempo em que se verifica crescimento da contribuição previdenciária pelos empregadores e principalmente pelos trabalhadores por conta própria.

O trabalho está organizado em quatro partes, além desta introdução. Na seção seguinte, pretende-se fornecer um panorama do mercado de trabalho brasileiro entre o ano de 2001 e 2014 - tendo como principal fonte de informações a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), onde serão apontadas suas principais características e mudanças, além dos efeitos sobre as condições de vida dos trabalhadores.

A segunda seção tem como objetivo analisar o comportamento mais recente do mercado de trabalho brasileiro à luz das informações da Pesquisa Nacional por Amostra Domicílios Contínua (PNAD Contínua). As entrevistas domiciliares coletadas desde 2012 por esta nova pesquisa fornecem informações conjunturais – trimestrais – sobre o mercado de trabalho, o que permite detectar mudanças mais sutis no seu comportamento como as relacionadas à sazonalidade do emprego e da renda. Pretende-se explorar com mais profundidade a dinâmica recente de indicadores estruturais importantes como a População Economicamente Ativa (PEA), População em Idade Ativa (PIA) e População Ocupada (PO), assim como identificar mudanças na inserção dos trabalhadores nas relações de trabalho.

Estas informações fornecerão as bases para a terceira parte do trabalho, que terá como objetivo analisar as mudanças nas formas de apropriação do rendimento pelos trabalhadores frente à crise econômica recente. Utilizando as informações da PNAD Contínua verifica-se o comportamento dos rendimentos médios do trabalho e da massa de rendimentos com a periodicidade trimestral. Avalia-se também a distribuição dos rendimentos entre a população ocupada segundo medidas clássicas de desigualdade, considerando o impacto dos valores do salário mínimo definidos por lei específica e o crescimento econômico, medido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB), em seus resultados.

O trabalho é encerrado com as principais conclusões e um anexo estatístico.

1 Panorama do mercado de trabalho brasileiro (2001-2014)

A análise do mercado de trabalho é realizada a partir de indicadores referenciais para a compreensão de seu funcionamento no período. Como fonte de dados principal utilizou-se prioritariamente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por conta de sua abrangência em relação ao conteúdo relacionado ao tema e de sua cobertura exaustiva para o território nacional.² Complementou-se a análise com outras fontes, tais como o Sistema de Contas Nacionais (SCN) do IBGE para informações sobre o desempenho econômico e o Caged/MTE para o comportamento da geração de postos de trabalho formais segundo as atividades econômicas.

Indubitavelmente o desempenho da produção de bens e serviços e da geração de renda, refletidos nos resultados de crescimento real do PIB traz reflexos diretos ao mercado de trabalho. Nos quatorze anos decorridos de 2001 a 2014 a variação do produto registrou média anual de 3%, distribuída heterogeneamente entre os anos, conforme mostra o Gráfico 1.1, a seguir. Observa-se que, em geral, a partir de 2004 a economia do país apresentou taxas elevadas de crescimento, sendo que até 2013, apenas em 2009 e 2012 estas se situaram abaixo de 3% ao ano.³ A média de crescimento anual da economia entre 2001 e 2003 foi de apenas 1,9%, enquanto de 2004 a 2014 alcançou 3,7% ao ano, mesmo considerando anos de baixo crescimento como 2009 e 2014.⁴

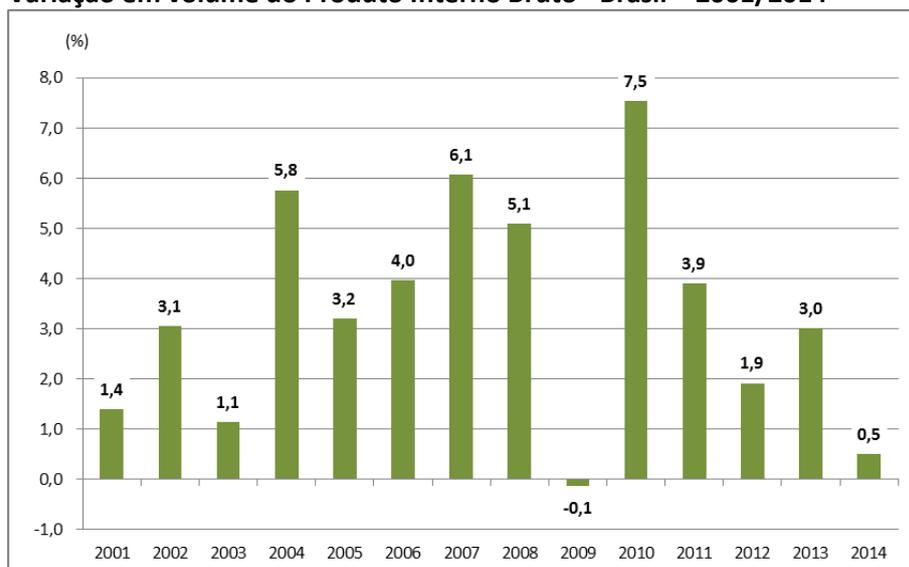
² Os resultados da Pnad aqui apresentados correspondem à população com 16 ou mais anos de idade. Nos anos 2001 a 2003, a pesquisa não investigou o interior da região Norte, área incluída nos levantamentos dos anos seguintes. A comparação de seus resultados no período 2004-2014 com e sem esta área geográfica revela, como esperado, diferenças mínimas, que não modificam as conclusões estabelecidas neste trabalho.

³ No subperíodo 2004-2008, observou-se pela primeira vez na economia brasileira, desde 1980, a ocorrência de cinco anos consecutivos de elevação do PIB acima de 3% ao ano, cujo resultado médio foi equivalente a 4,8% ao ano. Em 2009 houve queda do PIB por conta dos reflexos no país da crise internacional.

⁴ Após a estagnação de 2014, o país entrou em forte recessão com queda de 3,8% do PIB em 2015 e 3,6% em 2016. Essa questão será retomada mais adiante.

Gráfico 1.1

Variação em volume do Produto Interno Bruto - Brasil – 2001/2014



Fonte: SCN/IBGE.

A literatura especializada constata que neste período favorável ao crescimento da economia brasileira houve, como característica marcante, a expansão do investimento, do consumo, da renda e do emprego, sobretudo quando comparada ao período anterior, de 1996 a 2003.⁵ Um traço comum nos estudos que tratam da expansão do PIB a partir de 2004 é a associação de tal resultado, em um primeiro momento, ao crescimento da demanda externa e às condições favoráveis dos termos de troca para a economia brasileira que vigorou até a crise mundial de 2008. Houve no período forte ampliação das exportações brasileiras, registrada pelo aumento de sua participação no PIB⁶. Entretanto, a partir do último trimestre de 2008, e durante o ano de 2009, quando os reflexos da crise mundial foram mais intensamente disseminados para a economia brasileira, o cenário externo contribuiu negativamente para o crescimento do país. Sendo assim, a demanda doméstica passou a prevalecer na sustentação da situação ainda relativamente favorável da economia. Cumpriram papel fundamental os efeitos da política de recuperação do salário mínimo, além de medidas de expansão interna do crédito ao consumo e aos

⁵ Ver Amitrano (2013) e Cepal-OIT (2008) para distintos intervalos temporais neste período. Na tabela A1, no Anexo estatístico, são apresentadas as variações anuais em volume do PIB desde 1996.

⁶ Segundo o SCN/IBGE, o coeficiente de exportações sobre o PIB passou da média anual de 10,3% de 1996 a 2003, para 14,6% de 2004 a 2008. Após a crise internacional, entre 2009-2014, recuou para 11,3% em média.

investimentos, bem como a consolidação de programas sociais de transferência de renda que impulsionaram a demanda das famílias. Assim, em um segundo momento, iniciado em 2010, é a demanda doméstica, via consumo e investimentos que promove o excelente resultado de 2010 e o crescimento médio anual de 4,1% no quadriênio 2010/2013.

Em relação ao mercado de trabalho brasileiro, não é exagero considerar que este apresentou um desempenho excelente no período destacado. Certamente tal comportamento deve ser associado ao maior dinamismo da economia brasileira, entretanto, mesmo quando houve redução do crescimento econômico, como nos anos de 2009 e no período final do ciclo, de 2012 a 2014, o mercado de trabalho manteve-se aquecido e bastante favorável aos trabalhadores.⁷

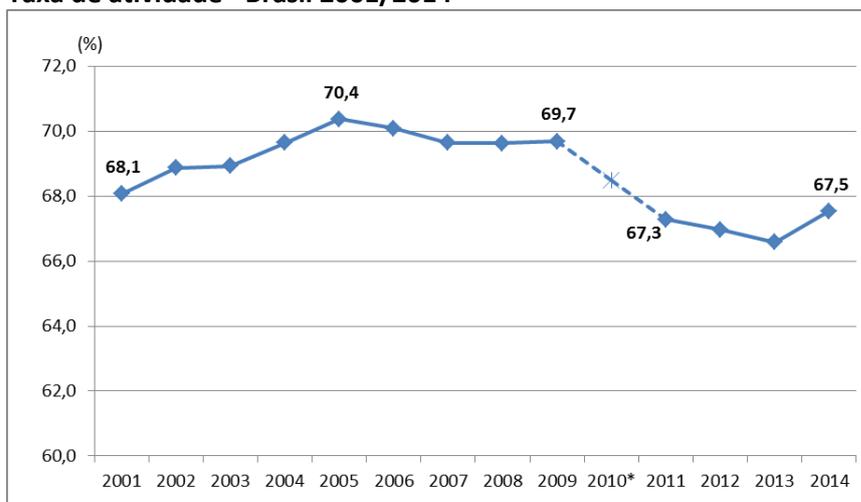
A taxa de atividade, que corresponde à relação entre o número de pessoas economicamente ativas (PEA) e o número de pessoas em idade ativa (PIA) no período de referência, manteve-se um pouco abaixo de 70% na maior parte no período iniciado em 2001. Observando-se o Gráfico 1.2, a seguir, verifica-se que na ponta da série, entre 2011 e 2014, o peso da PEA sofreu uma pequena redução. Em média, passou de 69,4%, em 2001/2009, para 67,1% nos quatro anos finais.⁸ Os resultados desagregados por faixa etária indicam que este movimento foi majoritariamente causado pela saída da população mais jovem da PEA.⁹

⁷ Distintas publicações, como: Ramos (2009); Baltar et al. (2010), Baltar e Leone (2012); Krein et al. (2011); Reis (2012); Cepal (2013); OIT (2013); Armitrano (2013) e Saboia (2014) documentaram e interpretaram o mercado de trabalho brasileiro durante este período.

⁸ Em 2010, ano censitário, a Pnad não foi a campo.

⁹ Comparando-se os dois períodos, a taxa média dos jovens entre 16 e 24 anos declinou 6,1 pp (pontos percentuais).

Gráfico 1.2
Taxa de atividade - Brasil 2001/2014

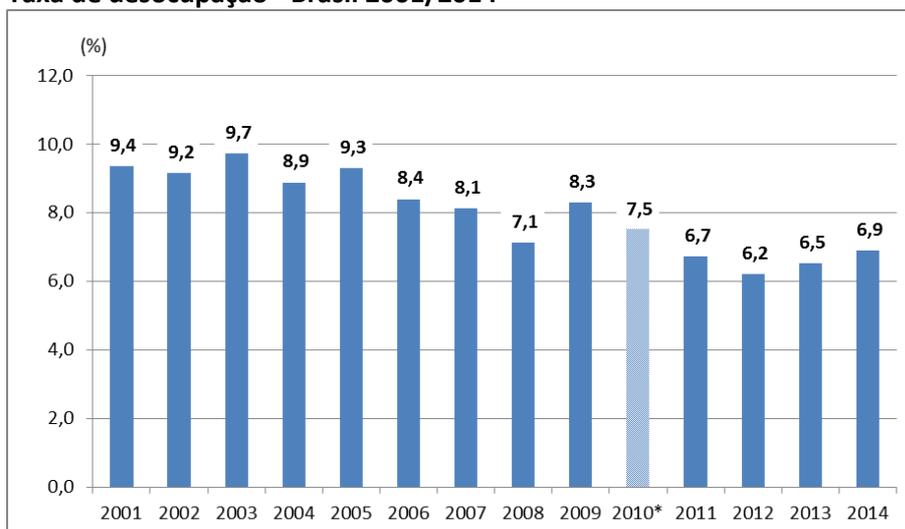


Fonte: PNAD/IBGE.

Embora tenha ocorrido a redução da proporção da PEA nos anos finais do período, deve-se considerar que a geração de empregos foi o determinante para a magnitude da queda do desemprego no país. Os resultados nacionais referentes à taxa média de desocupação no período compreendido entre 2004 e 2014, sem contabilizar o excepcional ano de 2010¹⁰, alcançou 7,7%, enquanto no início da década, 2001-2003, a taxa média de desocupação havia atingido 9,4%. Observando-se o Gráfico 1.3, a seguir, nota-se que após 2005 a taxa de desocupação apresentou queda consistente e contínua em quase todo o período. A exceção foi o ano de 2009, quando os efeitos da crise internacional iniciada no ano anterior foram mais intensamente transmitidos à economia do país. Entretanto, após as políticas de estímulo à demanda doméstica a taxa de desocupação voltou a se reduzir mantendo-se abaixo de 7% até 2014.

¹⁰ A PNAD não foi levantada em 2010 por conta da realização do Censo Demográfico. De acordo com a PME/IBGE, que abrange as seis principais regiões metropolitanas do País, a taxa de desocupação reduziu-se de 8,1% em 2009 para 6,1% em 2010.

Gráfico 1.3
Taxa de desocupação - Brasil 2001/2014

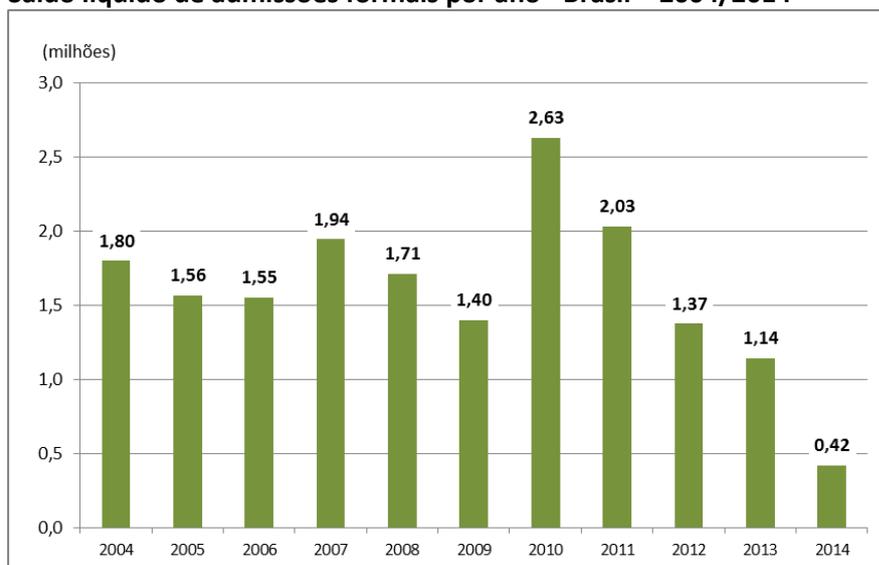


Fonte: PNAD/IBGE.

Informações complementares do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) permitem avaliar com mais precisão como o período 2004-2014 foi favorável à geração de emprego como parecem indicar os dados de crescimento econômico e da taxa de desocupação exibidos acima. Observando-se os dados do Caged, que registra mensalmente as admissões e os desligamentos de empregos com carteira de trabalho assinada em todo o país, percebe-se que a geração líquida de novos postos foi extremamente positiva no período, superando a criação acumulada de 17 milhões de vagas formais acumuladas. O Gráfico 1.4 a seguir, mostra a criação de vagas formais por ano e o destaque absoluto no ano de 2010, quando esta alcançou 2,6 milhões. A partir deste ano tem-se uma desaceleração contínua na criação anual de postos de trabalho formais, que tem em 2014 seu menor nível. Entretanto, mesmo com a forte desaceleração da atividade econômica naquele ano houve a criação líquida de 420 mil vagas formais nas empresas do país.

Gráfico 1.4

Saldo líquido de admissões formais por ano - Brasil – 2004/2014



Fonte: Caged/MTE.

Se por um lado os resultados do Caged revelaram um forte dinamismo em relação à absorção de mão de obra no período avaliado, sobretudo considerando que as vagas geradas são exclusivamente de empregos com carteira de trabalho assinada, a análise por grupo de atividade demonstra que 71,2% da composição do saldo líquido ocorreu em atividades de Serviços (44,2%) e Comércio (27,0%). Assim, embora haja a garantia dos direitos trabalhistas aos empregados, a maior parte das vagas concentrou-se em atividades que possuem historicamente mais baixa produtividade e remuneraram relativamente mal seus empregados. A Tabela 1.1, a seguir, mostra a composição do saldo líquido anual de criação de empregos para o período 2004-2014 em oito grupos de atividades econômicas, sendo que suas duas linhas finais exibem o número de vagas criadas (em milhares) e a composição percentual média por atividade econômica no período.

Tabela 1.1 - Distribuição do saldo líquido de admissões formais por grupo de atividade econômica
Brasil – 2004/2014
 (%)

Ano	Agric.	Extr. Mineral	Ind. Transf.	Construção	Serv. Ind.	Serviços	Comércio	Adm. Pública	Total
2004	6,2	0,6	30,4	4,6	0,3	31,5	26,4	0,0	100
2005	0,8	0,7	14,0	7,9	1,1	43,4	30,2	1,9	100
2006	2,3	0,9	18,7	8,4	0,6	41,6	26,7	0,8	100
2007	2,8	0,6	22,8	11,2	0,5	36,0	25,2	0,9	100
2008	1,2	0,5	11,7	14,3	0,5	44,5	26,3	0,9	100
2009	0,9	0,2	3,7	16,9	0,4	47,4	28,5	1,9	100
2010	0,0	0,7	21,1	13,2	0,8	39,7	24,2	0,3	100
2011	4,2	1,0	11,1	11,6	0,5	47,3	23,6	0,8	100
2012	0,4	0,8	6,8	11,4	0,7	50,7	29,3	-0,3	100
2013	-0,6	0,2	10,8	9,2	0,7	49,3	28,6	1,7	100
2014	0,0	-0,6	-38,7	-25,9	1,2	115,8	46,7	1,5	100
composição	1,9	0,6	14,7	10,1	0,6	44,2	27,0	0,8	100
2004-14 (mil)	334,4	107,8	2.580,8	1.771,6	109,3	7.756,6	4.734,8	148,7	17.544

Fonte: Caged/MTE.

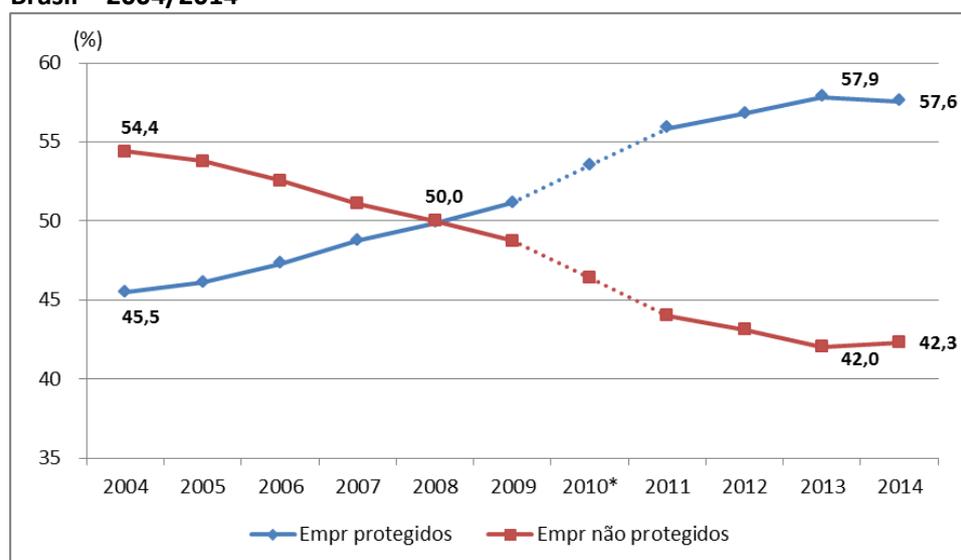
Para a avaliação do mercado de trabalho em uma economia como a brasileira em que as relações informais de trabalho têm um peso significativo é fundamental observar o comportamento de categorias que representem esta característica. Como esperado, a intensa geração de empregos formais na economia brasileira no período em análise impactou favoravelmente na composição por posição na ocupação, reduzindo o percentual de trabalhadores desprotegidos, ou seja, que não possuem assegurados benefícios como aposentadoria, seguro saúde ou pensão por invalidez, por exemplo.

O Gráfico 1.5, a seguir, apresenta os resultados para duas categorias de trabalhadores, com e sem proteção social. O primeiro grupo compreende os trabalhadores com carteira de trabalho assinada, os militares, os servidores públicos e os empregadores e trabalhadores por conta própria que são contribuintes para um regime de previdência oficial. Os trabalhadores sem proteção social compreendem os empregados sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores por conta própria e os empregadores que não contribuem para um fundo de previdência, além dos trabalhadores não remunerados.¹¹ De

¹¹ Não há uma definição comum em relação ao que se considerar como ocupações protegidas ou formais, variando de acordo com o estudo elaborado. Por exemplo, o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) adota três medidas denominadas Grau de Informalidade (GI) 1, 2 e 3. São elas: GI1: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira +

2004 a 2013 houve um movimento contínuo de aumento da participação dos trabalhadores protegidos, antes minoritários, no universo total de ocupados no país. Estes passaram de 45,5% do total da força de trabalho ocupada para 57,9% em 2013, ano em que atinge seu máximo. Por definição, esta variação de 12,4 pp corresponde à redução da proporção de trabalhadores desprotegidos sobre o total.

Gráfico 1.5 - Evolução da composição dos trabalhadores segundo a proteção ao emprego - Brasil – 2004/2014



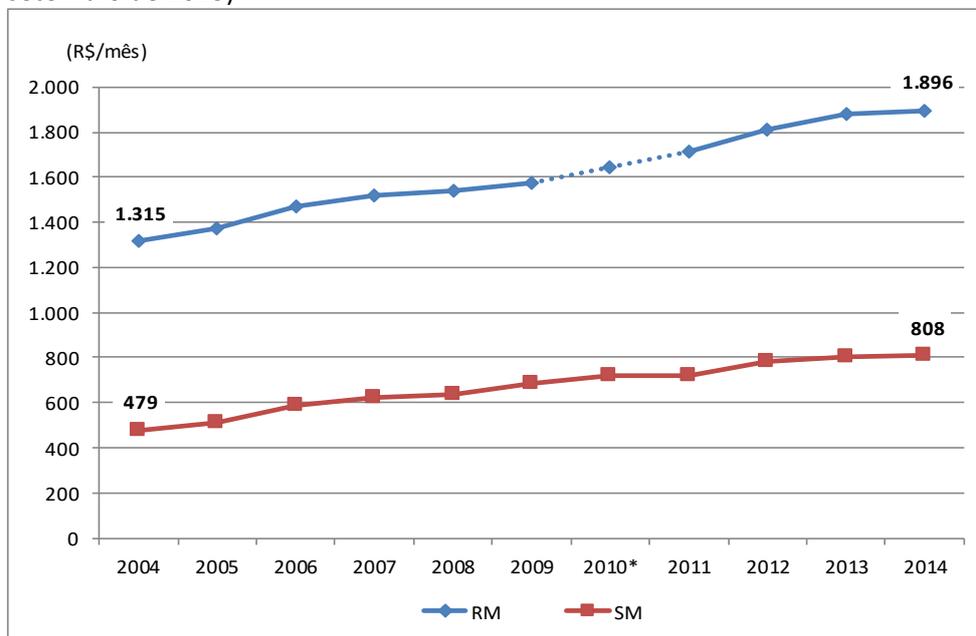
Fonte: PNAD/IBGE.

O comportamento do mercado de trabalho no período foi também bastante favorável aos trabalhadores quando se observa a questão dos rendimentos do trabalho principal entre 2004 e 2014. Após um início de década em que apresentou declínio, o rendimento médio real se recuperou e apresentou crescimento de 44,1% nos onze anos entre 2004 e 2014 – Gráfico 1.6.

trabalhadores por conta própria); GI2: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados + empregadores); e GI3: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + empregadores). Neste trabalho utilizamos outra classificação para a separação entre as ocupações protegidas e não protegidas levando também em consideração a contribuição previdenciária.

Gráfico 1.6

Rendimento médio real do trabalho principal – Brasil – 2001/2014 (valores em R\$ de setembro de 2015)



Fonte: PNAD/IBGE.

Este comportamento bastante favorável se justifica devido ao aumento de contratações formais e pelos ganhos reais por conta da política nacional de valorização do salário mínimo (SM).¹² A conjuntura política após 2004 favoreceu a concessão de aumentos reais para o SM, mesmo sem sua formalização legislativa aprovada apenas no ano de 2011. A lei 12.382 que fixa as regras para seus reajustes anuais define a cada ano a correção da inflação pelo INPC, mais o aumento real segundo a taxa de crescimento do PIB verificada dois anos antes.¹³

Com os resultados positivos de crescimento do PIB, o valor do SM recebeu contínuos reajustes acima da inflação, sobretudo nos anos de 2005 a 2013¹⁴. Outra evidência da

¹² O salário mínimo é uma variável fundamental para a definição do salário médio da economia, pois tem efeito sobre os pisos salariais negociados e também sobre a renda do trabalho informal e autônomo (Medeiros, 2013).

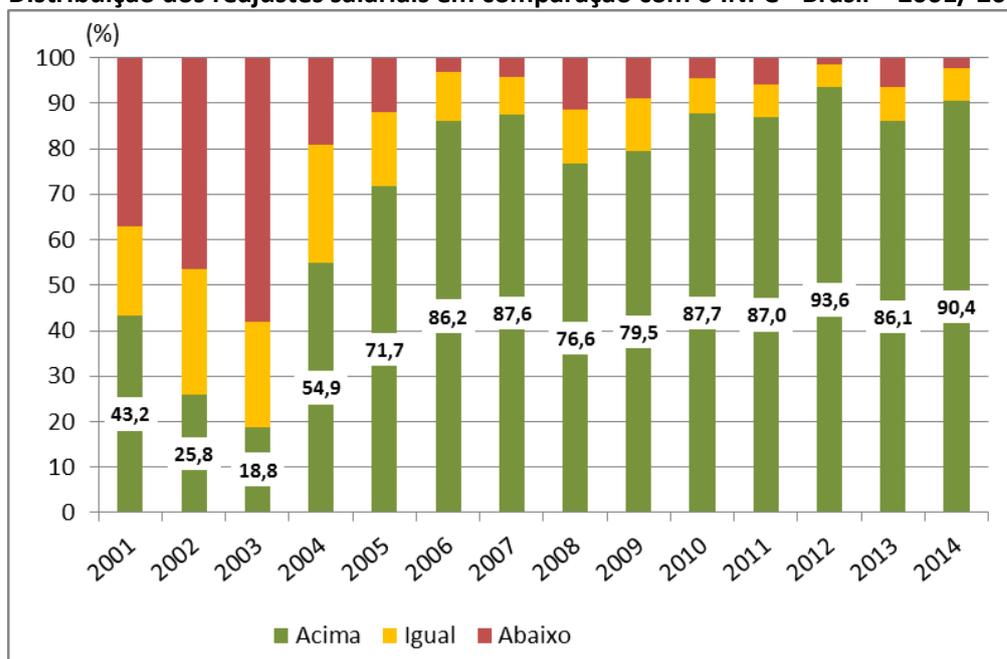
¹³ Ver Saboia e Hallak (2016).

¹⁴ De 2005 a 2013, os aumentos médios reais do salário mínimo, deflacionados pelo INPC, alcançaram expressivos 5,4% a.a., ao passo que de 2000 a 2004, estes atingiram 3,9% a.a..

melhora das remunerações dos trabalhadores é o elevado percentual de acordos coletivos que alcançaram incrementos salariais superiores à inflação, principalmente a partir do ano 2006, conforme mostram os resultados do Seade/Dieese – Gráfico 1.7. A partir destas informações, percebe-se que no período de 2001 a 2004, o percentual de negociações coletivas que obtiveram ganhos reais de poder de compra alcançou a média de 35,7%. Já no período posterior, de 2005 a 2014, os reajustes acima da inflação ocorreram em 84,6% das negociações.¹⁵

Gráfico 1.7

Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC - Brasil – 2001/ 2014



Fonte: DIEESE, Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS).

A política de valorização do SM combinada com o crescimento da produção de bens e serviços e o mercado de trabalho aquecido, que levaram aos aumentos reais dos rendimentos do trabalho, da ampliação do emprego formal e do poder de barganha dos trabalhadores, trouxe como consequência uma redução da amplitude do leque salarial no

¹⁵ Summa (2014) atenta para a melhora generalizada das condições de barganha dos trabalhadores no período, refletida também no aumento do número de greves e de horas paradas mensuradas pelo SAS/Dieese.

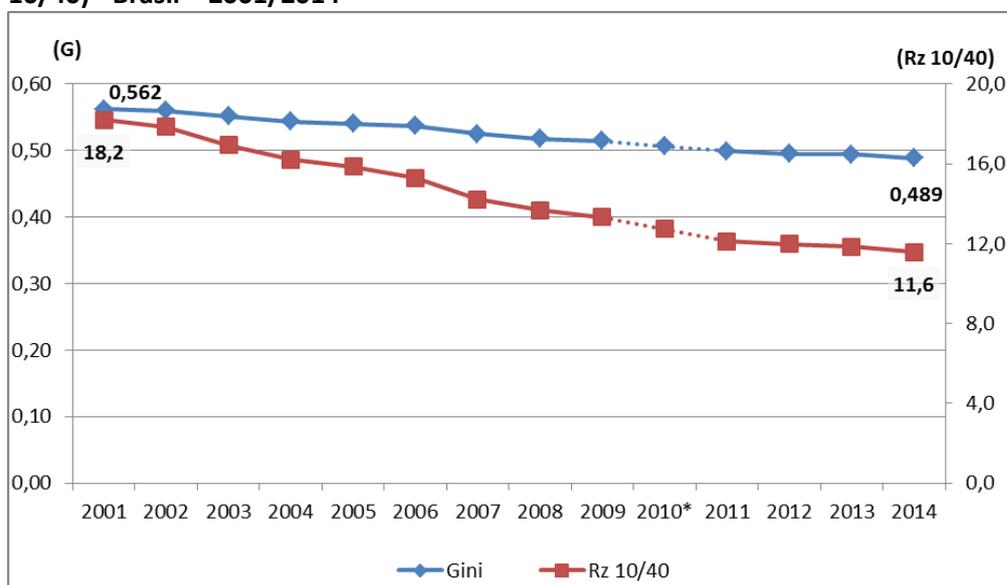
período 2001-2014.¹⁶ Esta conclusão reflete-se nas significativas melhoras dos indicadores de desigualdade de renda do País.

O Gráfico 1.8, a seguir, reúne dois importantes indicadores numéricos para se aferir a desigualdade na distribuição pessoal de renda. No eixo vertical principal, percebe-se que o índice de Gini (G) apresentou declínio contínuo, modificando seu patamar entre as duas pontas da série, quando passou de 0,562, em 2001, para 0,489, em 2014. Por sua vez, a série da razão de distribuição entre os rendimentos médios dos 10% com os maiores rendimentos e os 40% com os menores rendimentos (Rz 10/40), apresentada no eixo vertical secundário, sofreu também redução expressiva, passando de 18,2 para 11,6, em igual período. Ambos indicadores foram calculados a partir da PNAD e consideraram a distribuição do rendimento médio do trabalho principal.

¹⁶ Cabe mencionar que não há consenso sobre o papel do SM na melhoria da distribuição pessoal da renda, uma vez que alguns pesquisadores minimizam sua capacidade redistributiva, defendendo prioritariamente os programas focalizados de distribuição de renda. As críticas se referem ao fato de que pessoas que recebem o SM no mercado de trabalho, ou através de pensões e aposentadorias localizam-se nas faixas intermediárias de rendimento, além do fato que o aumento do salário mínimo repercute desfavoravelmente sobre as contas públicas (Saboia e Hallak, 2016).

Gráfico 1.8

Índice de Gini (G) e razão entre os rendimentos médios do trabalho principal dos 10% com os maiores rendimentos e os 40% com os menores rendimentos da população ocupada (Rz 10/40) - Brasil – 2001/2014

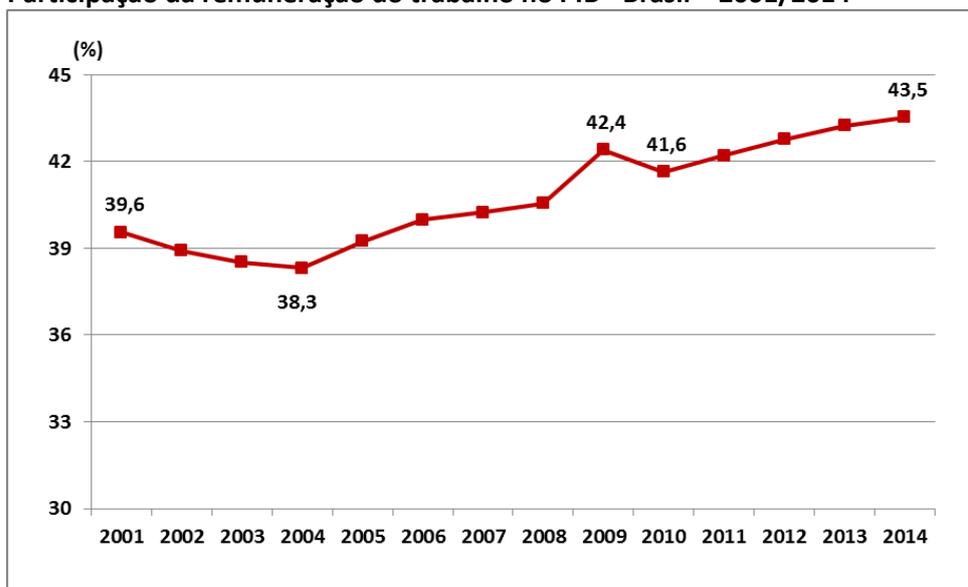


Fonte: PNAD/IBGE.

Uma forma complementar de analisar o fenômeno distributivo da renda é por meio de sua distribuição funcional, que se refere à divisão da renda gerada pelos fatores utilizados na produção. O termo funcional indica que a repartição da renda é realizada considerando-se a “função” desempenhada pelos agentes no processo produtivo. As relações que caracterizam a distribuição funcional da renda (DFR) têm origem no Sistema de Contas Nacionais e são obtidas por meio da desagregação do PIB pela ótica da renda, apresentando sua repartição entre a remuneração dos empregados, que compete ao trabalho despendido pelos assalariados; os impostos líquidos de subsídios sobre produtos, que o Governo deduz da produção; o excedente operacional bruto que remunera os ativos utilizados pelas unidades empresariais; e o rendimento misto bruto que é destinado às famílias produtoras.

O aquecimento do mercado de trabalho e a elevação dos rendimentos observados em grande parte do período analisado nesta seção impactaram favoravelmente na parcela da renda que coube à remuneração do trabalho, ocasionando elevação de seu peso no PIB a partir de 2004, conforme mostrado no Gráfico 1.9, a seguir.

Gráfico 1.9
Participação da remuneração do trabalho no PIB - Brasil – 2001/2014



Fonte: SCN/IBGE.

Percebe-se na série histórica iniciada em 2001 que o ponto de mínimo da participação da remuneração do trabalho sobre o PIB ocorreu em 2004, quando esta registrou 38,3%. Sua recuperação prosseguiu praticamente de maneira contínua até o final da série, quando atingiu o ponto máximo de representação no PIB em 2014 (43,5%), representando um ganho de 5,2 pontos percentuais de 2004 a 2014. A reversão da trajetória do indicador e sua recuperação em 2004 se explicam pela ampliação do nível de ocupação, aumento da formalização do trabalho e substanciais melhorias na remuneração, fatos mencionados nesta seção.

Nota-se que no período virtuoso para o mercado de trabalho, que vai de 2004 a 2014, mesmo com a queda da taxa de crescimento, em 2009, e também com a desaceleração no triênio final da série, a manutenção dos ganhos salariais e da geração de emprego justificaram a trajetória favorável da parcela das remunerações do trabalho também nestes anos.¹⁷

¹⁷ Especificamente em 2009, a queda na taxa de crescimento do PIB, combinada com os fatores favoráveis no mercado de trabalho, resultou em crescimento forte da razão remunerações / PIB. Já o recuo observado no ano seguinte é explicado pelo intenso crescimento do PIB em 2010, o maior desde 1985. Entende-se que todos os agentes econômicos ganharam em termos absolutos, entretanto, esta “folga de PIB” foi canalizada

Cabe mencionar que a melhora da distribuição dos rendimentos do trabalho se mantém quando se considera também a totalidade dos rendimentos, uma vez que o trabalho constitui-se a principal fonte de renda das famílias brasileiras. Em média, o rendimento do trabalho corresponde a cerca de três quartos da renda total das famílias, sendo um pouco inferior nos estratos de renda mais baixos.¹⁸

majoritariamente para o capital, que recuperou parte de sua participação perdida nos anos anteriores, crescendo relativamente mais do que a remuneração do trabalho (Hallak 2013).

¹⁸ Dados da Pnad compilados para a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2015).

2 Crise, estagnação e o mercado de trabalho

Como discutido na primeira parte do trabalho o mercado de trabalho brasileiro apresentou grande dinamismo entre 2004 e 2014, produzindo melhorias significativas nas condições de vida dos trabalhadores e de suas famílias. A partir de meados de 2014, no entanto, a economia nacional deu os primeiros sinais de crise, fato que se aprofundou a partir de 2015, quando indicadores econômicos que, até então, apresentavam tendência favorável, passaram a regredir¹⁹. Importante mencionar que a complexidade da referida crise reside no fato dos seus fundamentos não estarem ligados apenas ao comportamento da economia nacional, mas também pela sua articulação com a economia internacional e, especialmente, pelo seu componente político.

Esta dinâmica impactou fortemente o mercado de trabalho brasileiro ao longo de 2015 e 2016, o que coloca ao presente trabalho o desafio de realização de uma análise mais detalhada do seu comportamento neste período recente. Como forma de identificar e caracterizar as principais modificações no contexto de crise econômica foram utilizadas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada pelo IBGE, que fornecem informações para todos os trimestres do ano desde 2012²⁰.

O Gráfico 2.1 apresenta importantes indicadores estruturais de mercado de trabalho que foram marcados por flutuações mais intensas a partir do início de 2015. Este movimento

¹⁹ De acordo com o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE) da FGV a recessão teve início no segundo trimestre de 2014, após um pico no ciclo de negócios no primeiro trimestre deste ano (ver CODACE, 2015).

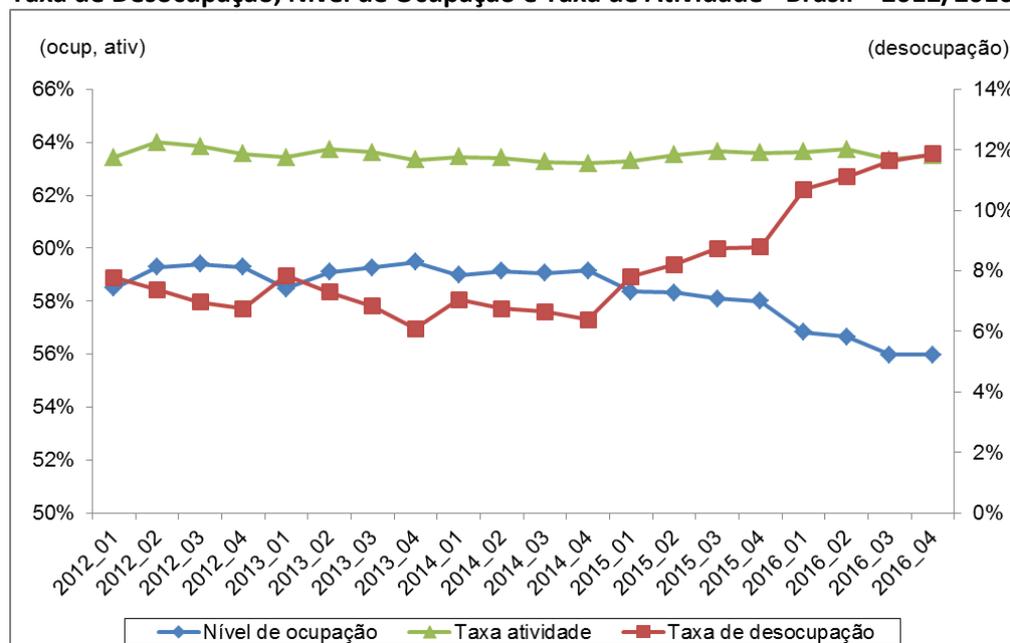
²⁰ A PNAD Contínua teve início recentemente no âmbito do processo de reformulação das pesquisas domiciliares do IBGE, cujo principal objetivo foi tornar mais robusto seu sistema de informações de estatísticas de trabalho, adequando-o às demandas por informações cada vez mais descentralizadas e com maior frequência. As pesquisas que foram objeto da reformulação – a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – apresentavam características distintas, sendo, portanto, necessária a harmonização de metodologias, períodos de referência e de disseminação das informações. A PNAD Contínua surgiu como uma síntese dessas duas pesquisas, agregando em sua metodologia uma cobertura geográfica ampliada da PNAD com a periodicidade conjuntural da PME. Além disso, incorporou uma série de recomendações da 19^o Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho (CIET) que viabilizou o cálculo de novos indicadores, redefinindo, da mesma forma, uma série de conceitos, como, por exemplo, o próprio conceito de trabalho, que passou a incorporar atividades não remuneradas em sua definição (Simões e Dick, 2016; ILO, 2013).

pode ser visto claramente no comportamento da taxa de desocupação – percentual de desocupados em relação à População Economicamente Ativa (PEA); e do nível de ocupação – percentual de ocupados em relação às pessoas em idade de trabalhar (PIA). O que se nota no primeiro caso é um comportamento diferenciado dos trimestres de 2015, quando comparado com os demais anos analisados, onde se observa um padrão definido na flutuação do desemprego, marcado por quedas das taxas nos últimos trimestres desde 2012 e crescimento nos primeiros trimestres, efeito sazonal das contratações nos períodos que antecedem o Natal e demissão após o início do ano. Em 2015 a taxa de desocupação continuou subindo após o início do ano, como reflexo dos efeitos da crise, sendo responsável por um crescimento de cerca de 40% no número de desocupados no quarto trimestre deste ano, quando comparado com o mesmo trimestre de 2014. Esta dinâmica se mantém em 2016, com a taxa de desocupação atingindo 11,9% no quarto trimestre.

O nível de ocupação, por sua vez, que até meados de 2014 se manteve estável, começa a cair a partir do quarto trimestre deste ano, como efeito do crescimento superior da PIA em relação à População Ocupada (PO). O ritmo de queda se intensifica a partir do terceiro trimestre de 2015, como efeito da redução ainda maior do número de ocupados.

Gráfico 2.1

Taxa de Desocupação, Nível de Ocupação e Taxa de Atividade - Brasil – 2012/2016



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

A taxa de atividade, por sua vez, manteve tendência estável, mas sua composição passou a contar com proporção maior de desocupados. Como efeito importante da crise econômica observa-se proporção maior de pessoas desocupadas procurando emprego, quando se compara a variação da PEA nos três últimos trimestres de 2015, superior ao observado para os demais anos anteriores analisados. De fato, a variação da PEA é superior à da PIA neste período, revelando uma mudança de tendência que prevalecia até então, e apontando para a entrada no mercado de trabalho de pessoas que se encontravam inativas (Tabela 2.1). Os dois primeiros trimestres de 2016 apontam para uma pequena redução da PEA – e consequente crescimento da população não economicamente ativa (PNEA), tendência que se mantém nos demais trimestres. Ainda assim, chamam atenção as expressivas taxas de variação dos desocupados ao longo do ano de 2016. Observa-se, da mesma forma, intensificação no ritmo de queda da população ocupada, o que explica a elevação ainda maior das taxas de desocupação entre os últimos trimestres de 2015 e de 2016, corroborando a percepção de deterioração do mercado de trabalho.

Tabela 2.1 - Variação Percentual de Indicadores de Mercado de Trabalho - Brasil – 2012/2016 (%)

Variação Percentual em relação ao Trimestre do ano anterior	Trimestre				Variação Anual
	1°	2°	3°	4°	
População em Idade Ativa (PIA)					
(2013/2012)	1,76	1,56	1,52	1,54	1,59
(2014/2013)	1,20	1,68	1,69	1,65	1,56
(2015/2014)	1,96	1,58	1,48	1,38	1,60
(2016/2015)	1,31	1,56	1,45	1,60	1,48
População Economicamente Ativa (PEA)					
(2013/2012)	1,78	1,15	1,15	1,16	1,31
(2014/2013)	1,24	1,15	1,13	1,44	1,24
(2015/2014)	1,72	1,76	2,12	2,01	1,91
(2016/2015)	1,84	1,89	0,96	1,47	1,54
População Não Economicamente Ativa (PNEA)					
(2013/2012)	1,72	2,29	2,18	2,20	2,10
(2014/2013)	1,15	2,60	2,69	2,01	2,11
(2015/2014)	2,37	1,26	0,36	0,29	1,07
(2016/2015)	0,39	0,98	2,30	1,84	1,38
Ocupados					
(2013/2012)	1,72	1,24	1,30	1,87	1,53
(2014/2013)	2,10	1,75	1,32	1,12	1,57
(2015/2014)	0,89	0,17	-0,17	-0,60	0,07
(2016/2015)	-1,35	-1,32	-2,25	-1,96	-1,72
Desocupados					
(2013/2012)	2,49	0,03	-0,80	-8,71	-1,75
(2014/2013)	-8,95	-6,49	-1,54	6,51	-2,62
(2015/2014)	12,66	23,73	34,35	40,32	27,77
(2016/2015)	39,57	37,89	34,44	37,04	37,24

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Uma importante dimensão do mercado de trabalho a ser analisada neste período diz respeito às relações de trabalho estabelecidas pelos trabalhadores, cujas características irão determinar as formas de reprodução de suas condições materiais de vida. Para tanto, foi analisado o comportamento de três categorias de trabalhadores, que juntas respondem por mais de 80% dos postos de trabalho: empregados com carteira de trabalho assinada, empregados sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores por conta própria.

Em primeiro lugar, observa-se queda constante, desde o início da série, do número de empregados sem carteira, o que revela um movimento diferente ao das demais categorias analisadas, e está relacionada, muito provavelmente, ao processo de formalização que

avançou até meados de 2014, conferindo direitos a trabalhadores até então desprotegidos. Por outro lado, a redução no ritmo de queda no número de empregados sem carteira de trabalho assinada entre os trimestres de (2015/2014) na comparação com (2014/2013) parece estar indicando que a crise econômica vem inibindo os efeitos do processo de formalização do mercado de trabalho, que ocorria, neste caso, pela migração dos trabalhadores sem carteira para os com carteira de trabalho assinada. (Tabela 2.2). O crescimento do emprego sem carteira observado nos três últimos trimestres de 2016 representa um verdadeiro *outlier* em relação às quedas consecutivas ocorridas até então apontando para a profundidade dos efeitos da crise econômica sobre o mercado de trabalho.

Tabela 2.2
Varição Percentual do Número de Trabalhadores por Categorias Específicas de Posição na Ocupação - Brasil – 2012/2016
 (%)

Varição Percentual em relação ao Trimestre do ano anterior	Trimestre				Varição Anual
	1°	2°	3°	4°	
Empregados com Carteira					
(2013/2012)	3,08	2,05	2,58	2,93	2,66
(2014/2013)	4,64	5,07	3,10	1,37	3,55
(2015/2014)	-0,66	-2,44	-3,26	-2,47	-2,21
(2016/2015)	-3,18	-3,55	-3,13	-4,05	-3,48
Empregados sem Carteira					
(2013/2012)	-0,41	-1,94	-2,57	-2,13	-1,76
(2014/2013)	-3,15	-3,45	-3,04	-1,74	-2,84
(2015/2014)	-2,70	-1,87	-0,07	-1,86	-1,63
(2016/2015)	-1,85	1,52	1,19	3,82	1,17
Conta Própria					
(2013/2012)	-0,27	2,53	3,45	3,30	2,25
(2014/2013)	1,92	1,25	2,53	2,16	1,97
(2015/2014)	4,20	4,65	3,54	5,38	4,44
(2016/2015)	6,55	4,03	-1,56	-3,31	1,43

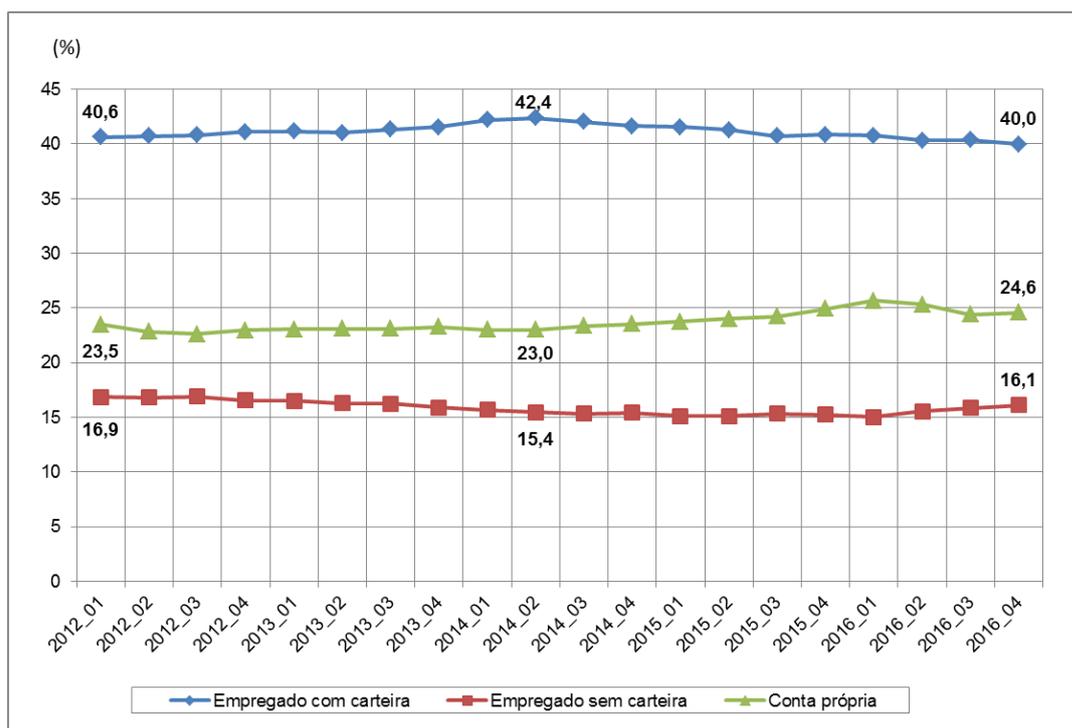
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Da mesma forma, observa-se queda no número de empregados com carteira de trabalho assinada a partir do primeiro trimestre de 2015 que foi acompanhado, até meados de 2016, por um aumento mais intenso no número de trabalhadores por conta própria neste mesmo período (Tabela 2.2). Esta dinâmica foi responsável por uma redução na participação de

trabalhadores com carteira assinada na estrutura de posição na ocupação que, em 2016, atingiu percentuais próximos aos observados em 2012. Os trabalhadores por conta própria, por sua vez, tiveram crescimento percentual significativo e contínuo desde meados de 2014 atingindo um quarto de todos os trabalhadores brasileiros em 2016 (Gráfico 2.2). A partir de meados deste último ano, no entanto, observa-se redução significativa do número de empregados por conta própria, concomitante à continuidade da queda dos trabalhadores com carteira e elevação do número de empregados sem carteira. Este movimento indica um agravamento dos efeitos da crise econômica sobre o mercado de trabalho, já que o movimento de suposta “migração” dos trabalhadores com carteira para os trabalhadores por conta própria pode estar sendo substituído pela “migração” de ambos para os trabalhadores sem carteira.

Gráfico 2.2

Participação dos trabalhadores com 16 anos ou mais de idade em categorias de posição na ocupação - Brasil – 2012/2016



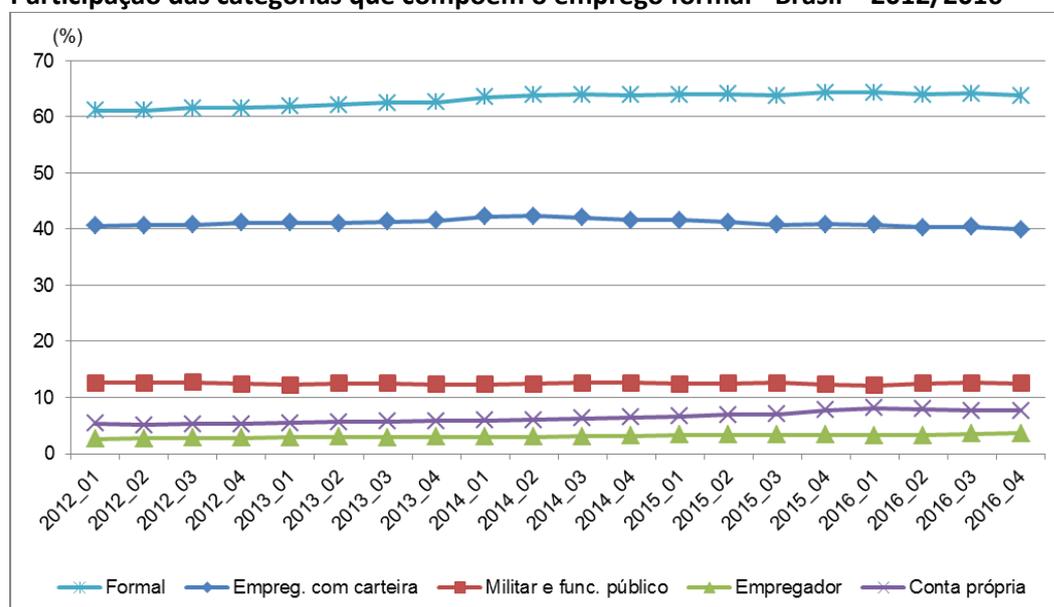
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Surpreendentemente, o crescimento da participação dos trabalhadores por conta própria na estrutura do mercado de trabalho brasileiro beneficiou de certa forma o processo de formalização dos trabalhadores, que teria ocorrido mesmo em um contexto de crise

econômica e redução da proporção dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada (Gráfico 2.3). De fato, a proporção de trabalhadores protegidos chegou a 63,8% de todos os trabalhadores no quarto trimestre de 2016, contra 61,6% no mesmo período de 2012. Por outro lado, observa-se uma importante mudança na composição deste grupo, onde ganham participação segmentos cujo acesso à proteção social está vinculado ao pagamento da previdência social, o que não inclui todos os benefícios oriundos da posse da carteira de trabalho assinada. Enquanto no quarto trimestre de 2012 os trabalhadores por conta própria e os empregadores que contribuem para a previdência social correspondiam 13,3% de todos os trabalhadores protegidos, no quarto trimestre de 2016 essa proporção chegou a 17,7%. A participação dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada caiu de 66,3% para 62,8% neste mesmo período (Gráfico 2.4). Aparentemente, os trabalhadores autônomos parecem ter se conscientizado da importância da contribuição previdenciária e mantiveram o comportamento que vinha ocorrendo antes da crise, elevando a parcela de contribuintes. No quinquênio 2012/2016 sua participação entre os trabalhadores com proteção social aumentou 3.5 pontos percentuais conforme o Gráfico 2.4.

Gráfico 2.3

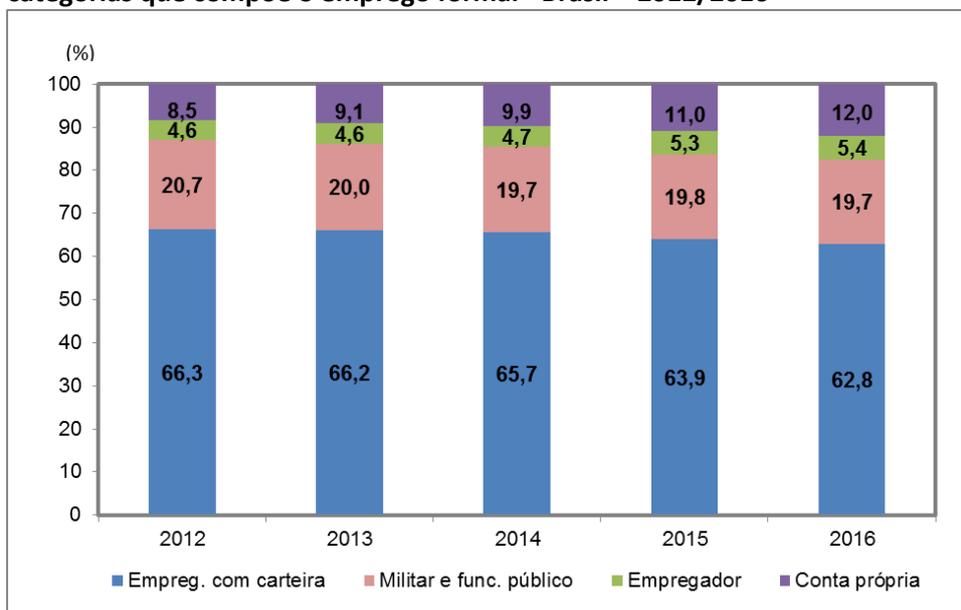
Participação das categorias que compõem o emprego formal - Brasil – 2012/2016



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Gráfico 2.4

Distribuição percentual da população ocupada com 16 anos ou mais de idade segundo categorias que compõe o emprego formal - Brasil – 2012/2016



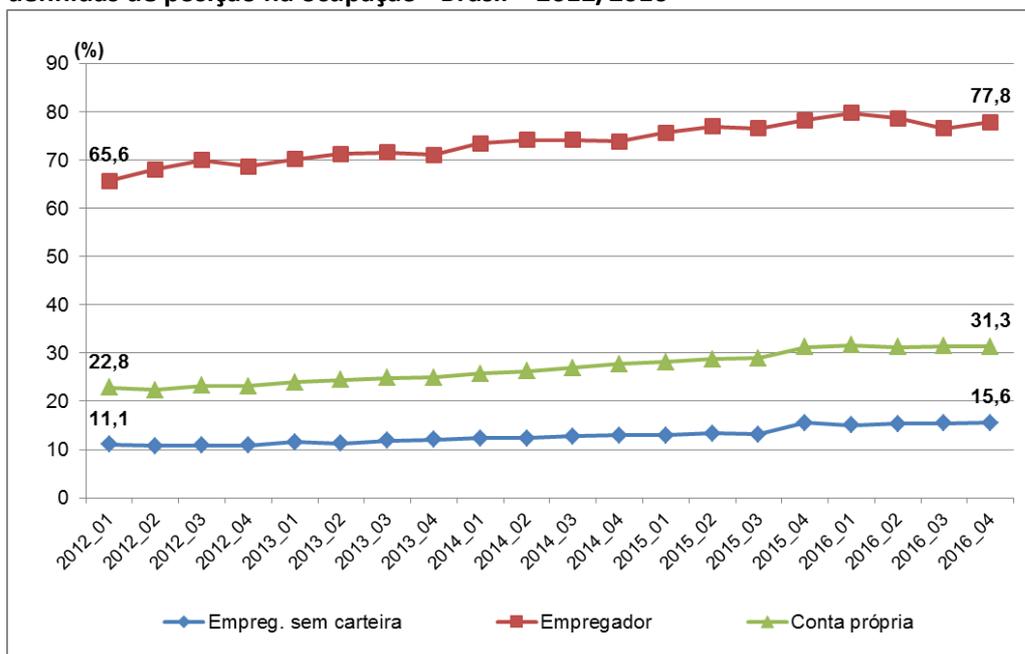
Nota: os dados se referem ao quarto trimestre de cada ano.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

O crescimento da contribuição à previdência não é um fenômeno restrito aos trabalhadores por conta própria, sendo igualmente verificado entre os empregadores e os empregados sem carteira de trabalho assinada. Este último caso merece ser ressaltado, pois se configura numa busca por maior proteção social dentre aqueles trabalhadores não formalizados, que ocorre mesmo em um cenário de crise econômica conforme já destacado (Gráfico 2.5).

Gráfico 2.5

Proporção de Trabalhadores que contribuem para previdência social segundo categorias definidas de posição na ocupação - Brasil – 2012/2016



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

O comportamento dos rendimentos do trabalho analisado pela PNAD contínua traz elementos que permitem qualificar melhor a ampliação do acesso dos trabalhadores à previdência social, independentemente das características de sua inserção nas relações de trabalho. Da mesma forma, oferecem elementos que permitam apreender aspectos referentes às suas condições de vida, a partir da análise de diferentes medidas de desigualdade, o que será feito na próxima seção.

3 Rendimento do trabalho e sua distribuição no contexto de crise econômica

3.1. Evolução dos rendimentos do trabalho a partir de 2012

O período de referência da PNAD Contínua analisado neste capítulo, com as informações trimestrais de 2012 a 2016, embora curto, é bastante fértil para a análise dos rendimentos no país. Nestes 20 trimestres verificou-se o declínio do ciclo expansivo pós 2010, a estagnação e posterior depressão observada nos anos finais da série. Estas três fases distintas no quinquênio são evidenciadas pelas taxas de variação trimestrais do PIB, observadas no Gráfico 3.1.

Gráfico 3.1
Taxa trimestral de crescimento do PIB em relação ao mesmo trimestre do ano anterior - Brasil – 2012/2016



Fonte: IBGE, Sistema de Contas Trimestrais.

A partir do segundo trimestre de 2014, as taxas trimestrais de variação do PIB (em relação a igual trimestre do ano anterior), até então positivas, tornam-se nulas e passam a ser negativas a partir de 2015, assim permanecendo até o último resultado disponível. A forte retração fica evidente quando se tomam os resultados anuais dos dois últimos anos (-3,8%

em 2015; e -3,6% em 2016), que representam queda acumulada de 7,5% do PIB em termos reais.²¹

Como esperado, o intenso declínio da atividade econômica no final do período trouxe impactos negativos para os rendimentos no mercado de trabalho. Entretanto, estes se deram em menor magnitude do que poderia ter ocorrido em vista da forte queda do PIB. Uma hipótese plausível para esse resultado é o papel do SM, cujo valor foi preservado por conta de sua política oficial de reajuste, contribuindo para minorar as perdas dos rendimentos do trabalho.²²

Os dados trimestrais reforçam que o rendimento do trabalho comportou-se favoravelmente até 2014, conforme considerado na primeira seção com a investigação baseada na fonte de pesquisa anual. O número de pessoas ocupadas, o rendimento médio real e a massa de rendimento do trabalho foram predominantemente crescentes até 2014, passando a registrar frequentes variações negativas trimestrais dos dois anos seguintes - Tabela 3.1.

²¹ As tabelas A1 e A2, no anexo estatístico, trazem os resultados das variações em volume do PIB, respectivamente, para os anos de 1996 a 2016 e para os trimestres de 2012 a 2016.

²² Assim como no período investigado na seção 1, os reajustes nominais do SM foram superiores à inflação do ano anterior entre 2012-2016. As séries anuais de SM nominal, SM real e IPCA acumulado no período e nos trimestres são apresentadas na tabela A3, em anexo.

Tabela 3.1

Valores reais e variação das pessoas ocupadas, salário mínimo (SM), rendimento médio habitual e massa de rendimentos por trimestres - Brasil – 2012/2016

Período (trim)	Pessoas ocup.		SM real		Rend. médio mês		Massa de rend.	
	(milhares)	(var %)	(R\$)	(var %)	(R\$)	(var %)	(R\$ milhões)	(var %)
2012.01	87.245		861		1.995		174.055	
2012.02	88.765	1,7	851	-1,2	1.997	0,1	177.263	1,8
2012.03	89.327	0,6	843	-0,9	2.016	1,0	180.083	1,6
2012.04	89.524	0,2	829	-1,7	2.007	-0,4	179.675	-0,2
2013.01	88.743	-0,9	883	6,6	2.037	1,5	180.770	0,6
2013.02	89.862	1,3	871	-1,4	2.070	1,6	186.013	2,9
2013.03	90.486	0,7	866	-0,5	2.091	1,0	189.205	1,7
2013.04	91.200	0,8	854	-1,4	2.076	-0,7	189.332	0,1
2014.01	90.608	-0,6	892	4,5	2.114	1,8	191.545	1,2
2014.02	91.435	0,9	874	-2,0	2.074	-1,9	189.637	-1,0
2014.03	91.682	0,3	869	-0,7	2.077	0,1	190.424	0,4
2014.04	92.218	0,6	856	-1,5	2.097	1,0	193.381	1,6
2015.01	91.417	-0,9	902	5,4	2.114	0,8	193.255	-0,1
2015.02	91.594	0,2	877	-2,7	2.104	-0,5	192.713	-0,3
2015.03	91.526	-0,1	863	-1,6	2.077	-1,3	190.099	-1,4
2015.04	91.665	0,2	843	-2,3	2.040	-1,8	186.997	-1,6
2016.01	90.183	-1,6	913	8,3	2.044	0,2	184.333	-1,4
2016.02	90.382	0,2	896	-1,8	2.013	-1,5	181.939	-1,3
2016.03	89.464	-1,0	885	-1,3	2.031	0,9	181.701	-0,1
2016.04	89.869	0,5	880	-0,5	2.048	0,8	184.052	1,3

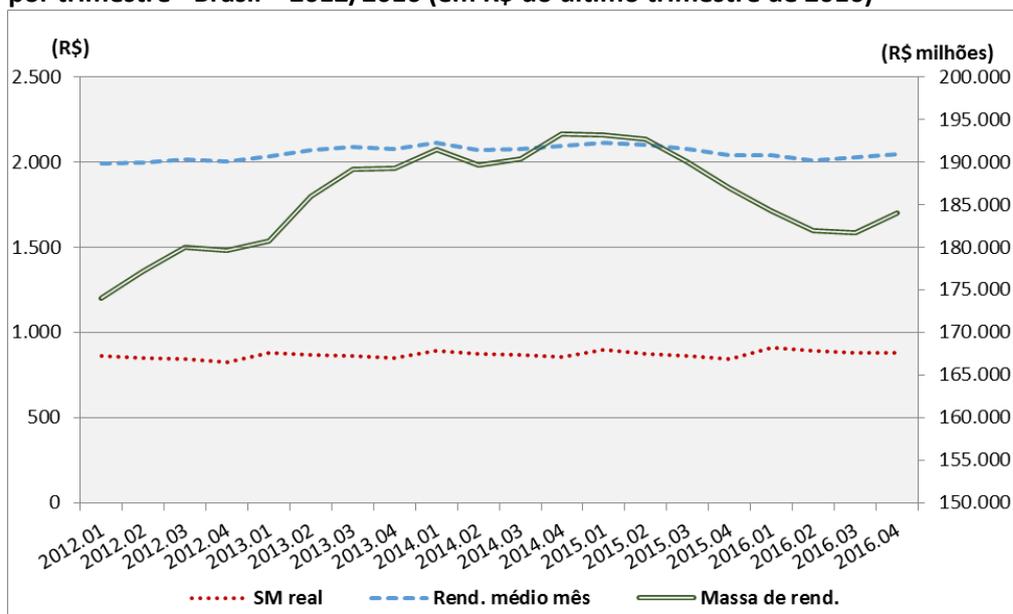
Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

A Tabela 3.1 evidencia o padrão de trajetória do SM que tem seu reajuste nominal anual no primeiro trimestre e a perda inflacionária ao longo dos trimestres seguintes até a data base do novo reajuste. Percebe-se também que, de certa forma, tal comportamento tende a ser transmitido ao rendimento médio, como bem definido no ano de 2015 e no início de 2016. Neste período em particular, além da própria crise econômica e política, houve recrudescimento da inflação, que corroeu mais rapidamente os ganhos reais dos rendimentos. Contudo, os dois trimestres finais de 2016 mostram uma pequena recuperação do rendimento médio real, comportamento que pode estar associado à redução do ritmo inflacionário no segundo semestre do ano.

As curvas que retratam a evolução trimestral das variáveis salariais da Tabela 3.1 estão apresentadas no Gráfico 3.2. O comportamento da massa de rendimentos (eixo secundário), por agregar em um único indicador o pessoal ocupado e o rendimento médio,

é revelador tanto da melhora no mercado de trabalho, que vigorou até meados da década, quanto de sua deterioração, iniciada no segundo trimestre de 2015 e parcialmente revertida no final de 2016.

Gráfico 3.2
Salário Mínimo (SM), rendimento médio habitual e massa de rendimentos em termos reais por trimestre - Brasil – 2012/2016 (em R\$ do último trimestre de 2016)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

As séries de rendimentos consolidadas anualmente (Tabela 3.2) mostram que, em relação a 2012, tanto o rendimento médio como a massa de rendimento ainda se encontram relativamente preservados, com crescimentos de 1,5% e 3,0%, respectivamente. Entretanto, tomando-se 2014 como referência somente a variação do SM foi positiva (+2,4%). Nesta comparação, o rendimento médio registrou perda de 2,7% e a massa de rendimentos do trabalho queda de 4,3%.

Tabela 3.2

Valores reais e variação das pessoas ocupadas, Salário Mínimo (SM), rendimento médio e massa de rendimentos por ano - Brasil – 2012/2016

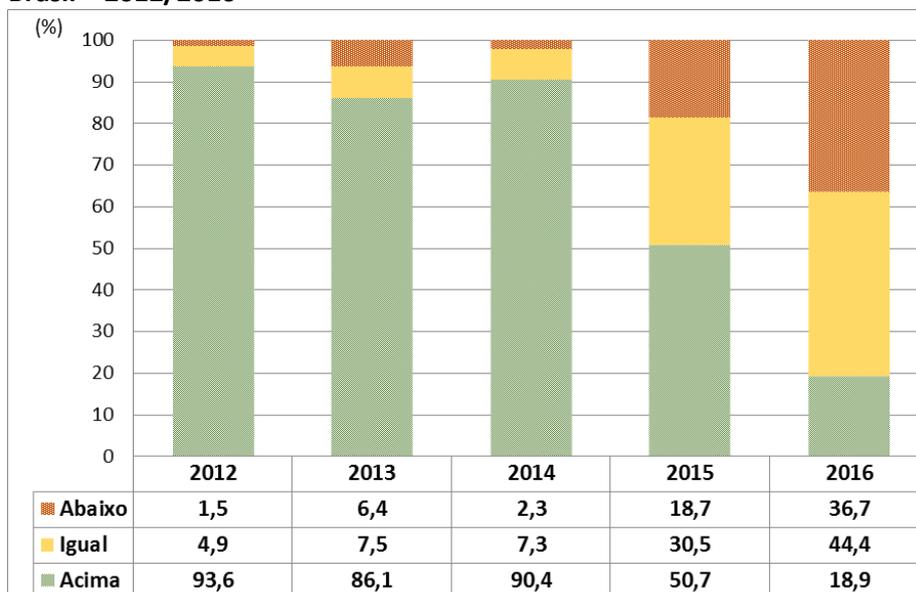
Período (média anual)	Pessoas ocup. (milhares) (var %)		SM real (R\$) (var %)		Rend. médio mês (R\$) (var %)		Massa de rend. (R\$ milhões) (var %)	
	2012	88.715		846		2.004		177.763
2013	90.073	1,5	869	2,7	2.069	3,2	186.315	4,8
2014	91.486	1,6	873	0,5	2.091	1,1	191.251	2,6
2015	91.550	0,1	871	-0,2	2.084	-0,3	190.768	-0,3
2016	89.974	-1,7	893	2,5	2.034	-2,4	183.008	-4,1
2014/2012		3,1		3,2		4,3		7,6
2016/2014		-1,7		2,4		-2,7		-4,3
2016/2012		1,4		5,6		1,5		3,0

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Os resultados das negociações coletivas no período 2012-2016 reforçam a percepção da piora das condições de trabalho no país. Ao contrário do observado até 2014, parte expressiva das negociações salariais não se traduziu em ganhos reais aos trabalhadores nos anos 2015 e 2016 (Gráfico 3.3). Enquanto os acordos coletivos que resultaram em negociações aquém da inflação foram de apenas de 2,3%, em 2014, estes passaram para 18,7%, em 2015, e para expressivos 36,7%, em 2016. A perda de poder de barganha dos ocupados torna-se evidente no ano final da série.

Gráfico 3.3

**Distribuição dos reajustes salariais em comparação com o INPC/IBGE
Brasil – 2012/2016**



3.2. Distribuição do rendimento do trabalho

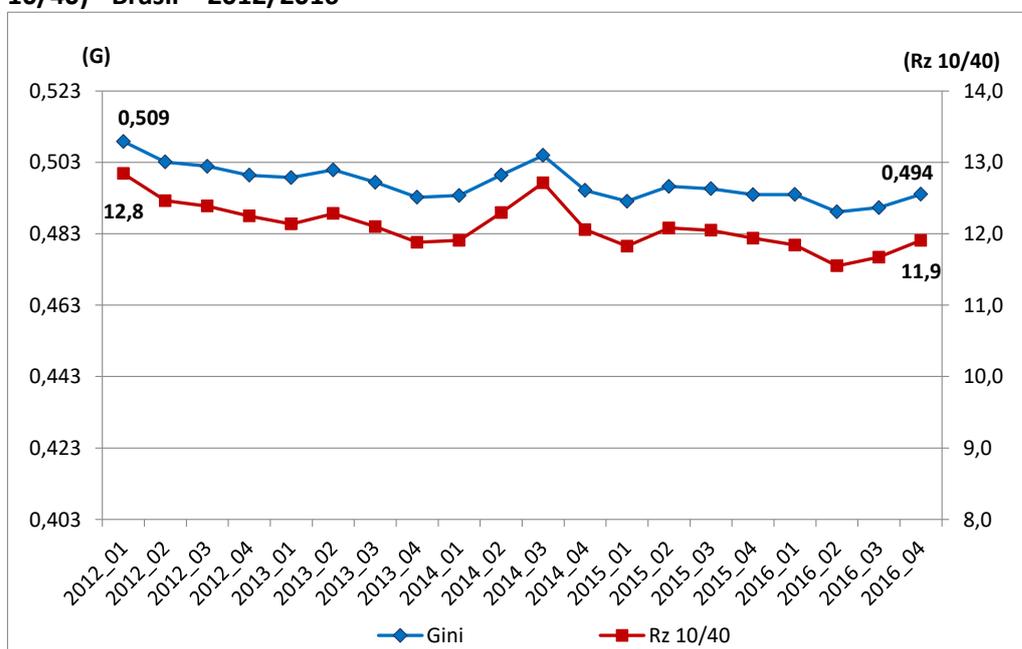
Inicialmente, a queda da renda real dos trabalhadores durante a crise não foi acompanhada por uma elevação dos níveis de desigualdade na distribuição de rendimentos, movimento de certa forma esperado, mas não confirmado pela análise de diferentes indicadores no período disponível. Embora a continuidade da queda da desigualdade, revelada desde o início da série, tenha se mantido entre o segundo trimestre de 2015 e igual trimestre de 2016, esta tendência apresentou reversão nos dois últimos trimestres. Sendo assim, o aprofundamento da deterioração do mercado de trabalho poderia estar começando a inibir os efeitos de políticas públicas redistributivas.

Cabe apontar a maior redução da desigualdade retratada pelo indicador que mede a razão entre o topo da distribuição da renda e os estratos com os menores rendimentos que, segundo autores como Cobham (2013) e Palma (2011) possuem maior elasticidade às políticas e aos ciclos econômicos, quando comparado com o meio da distribuição. Este movimento pode estar relacionado à manutenção da política de valorização do salário mínimo ao longo da crise econômica, que concedeu ganhos reais não apenas aos trabalhadores que recebem este valor, como também àqueles cujos salários são influenciados pelo valor do SM, ambos possivelmente impedindo (ou reduzindo) a queda do rendimento apropriado pelos menores décimos da distribuição da população, quando comparado com o topo da distribuição (Brito, 2015). Este tema é explorado mais detidamente na próxima seção.

Em relação às medidas de desigualdade selecionadas verificou-se que, no período de observações trimestrais disponíveis, a redução na razão entre o rendimento médio dos trabalhadores com 10% dos maiores rendimentos e o rendimento médio daqueles com 40% dos menores rendimentos, passou de quase 13 vezes no início de 2012 para pouco menos de 12 vezes no final de 2016. O índice de Gini também sofreu redução ao longo do período analisado, mas em ritmo mais lento, já que seu cálculo leva em consideração o rendimento total, com peso significativo exercido pelo meio da distribuição, que flutua

menos do que os extremos (Gráfico 3.4)²³. Ambos indicadores revelam que, embora com oscilações entre os trimestres, a tendência geral foi de melhoria na distribuição de rendimentos do trabalho, pelo menos até o segundo trimestre de 2016. Tal dado reforça a hipótese relativa à manutenção dos ganhos dos trabalhadores que recebem o salário mínimo, em um contexto marcado pela queda do rendimento do trabalho como um todo.²⁴

Gráfico 3.4
Índice de Gini (G) e razão entre os rendimentos médios do trabalho principal dos 10% com os maiores rendimentos e os 40% com os menores rendimentos da população ocupada (Rz 10/40) - Brasil – 2012/2016



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Assim, os dados trimestrais de rendimento do trabalho indicam que, mesmo na segunda metade do quinquênio 2012-2016 quando a crise econômica e política atinge intensamente o crescimento econômico, refletindo-se negativamente no mercado de

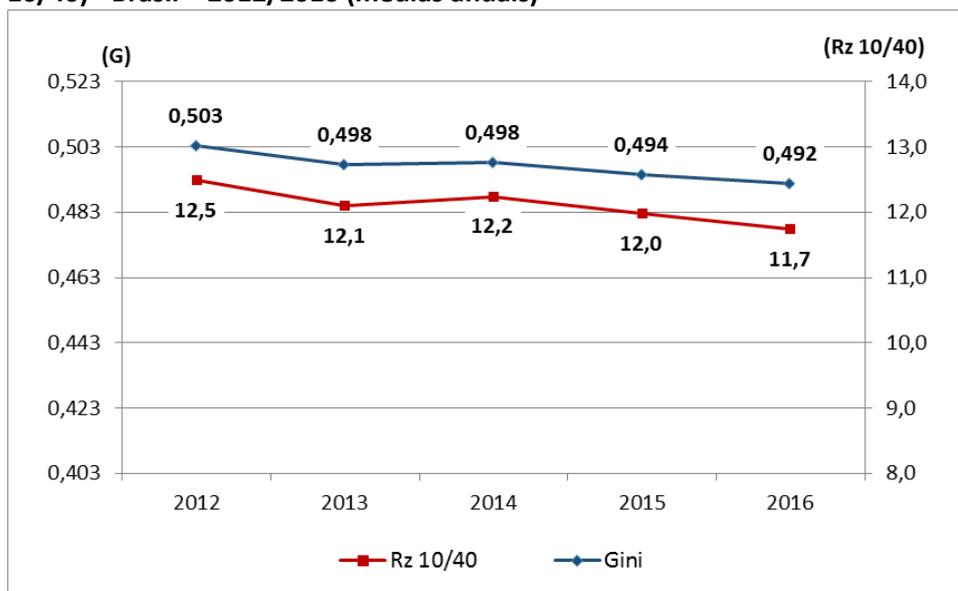
²³ Percebeu-se que os dados das medidas de desigualdade nos trimestres 2014-2 e 2014-3 não apresentaram o padrão da série levantada nos demais trimestres. Os autores, contudo, não encontraram uma explicação para tal resultado.

²⁴ Uma hipótese não testada pelos autores refere-se à possibilidade da melhoria da distribuição de renda do trabalho ter sido beneficiada pela forte saída de trabalhadores de baixa remuneração do mercado de trabalho durante a crise.

trabalho, a continuidade da melhora da distribuição de rendimentos permanece relativamente preservada. Entretanto, este comportamento parece começar a dar sinais de reversão a partir de meados de 2016, quando os indicadores, ainda que se mostrem melhores do que os observados para anos anteriores, começam a apontar para o aumento dos níveis de desigualdade.

O Gráfico 3.5, a seguir sintetiza os resultados consolidados anualmente para as duas medidas de distribuição apresentadas nesta seção. Enquanto a razão 10/40 sofreu redução Entre 2012 e 2016 de 12,5 para 11,7, o Gini caiu de 0,503 para 0,492, considerando as médias anuais.²⁵

Gráfico 3.5
Índice de Gini (G) e razão entre os rendimentos médios do trabalho principal dos 10% com os maiores rendimentos e os 40% com os menores rendimentos da população ocupada (Rz 10/40) - Brasil – 2012/2016 (médias anuais)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

²⁵ Hoffmann (2016) encontra uma piora para distribuição de renda do trabalho no período recente ao incluir o rendimento zero para os trabalhadores desempregados e considerar toda a PEA e não apenas a população ocupada. Tendo em vista o grande crescimento da taxa de desocupação tal resultado não chega a surpreender.

3.3. Distribuição do rendimento do trabalho, salário mínimo e PIB

Esta seção busca explorar mais detidamente a base de dados da Pnad Contínua para fundamentar o resultado verificado na seção 3.2, qual seja a continuidade da redução da desigualdade de renda do trabalho entre os anos 2012 e 2016. Cabe ressaltar que tal movimento, embora em menor intensidade, não foi interrompido mesmo após o início e o aprofundamento da crise econômica, observada claramente desde o segundo trimestre de 2014.

A Tabela 3.4, a seguir, apresenta trimestralmente a distribuição dos rendimentos médios por décimos da distribuição do pessoal ocupado, bem como as correlações entre estes e as séries do SM e do PIB – em termos reais. O exame dos resultados nas linhas finais da tabela mostra que para o SM o coeficiente mais elevado aparece no terceiro décimo (0,885), que é justamente onde se situam as pessoas que recebem rendimento igual ou bem próximo ao SM. Verificam-se também correlações positivas e moderadas com o SM entre o quarto e o sexto décimos da distribuição de rendimento médio. Todos os décimos apresentaram correlações positivas com o SM. Já em relação ao PIB, o décimo que apresenta maior coeficiente é o último (0,617), sendo que os três décimos anteriores também apresentam coeficientes positivos próximos da média total da distribuição.

Tabela 3.4

**Valores reais e correlação entre os décimos de rendimento, o salário mínimo e o PIB - Brasil
– 2012/2016 (rendimento e salário mínimo em R\$ do último trimestre de 2016)**

Trimestre	SM	PIB	Rendimento médio por décimos										
			Total	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10
2012_01	861	163,2	1.995	252	627	831	908	1.070	1.276	1.557	2.021	3.004	8.405
2012_02	851	168,0	1.997	255	648	846	914	1.082	1.291	1.577	2.040	3.022	8.299
2012_03	843	173,6	2.016	265	664	841	922	1.097	1.304	1.597	2.071	3.057	8.338
2012_04	829	171,9	2.007	266	666	827	928	1.101	1.304	1.606	2.086	3.064	8.227
2013_01	883	167,6	2.037	270	676	863	950	1.107	1.319	1.624	2.116	3.072	8.370
2013_02	871	174,7	2.070	275	689	869	955	1.121	1.337	1.648	2.148	3.097	8.565
2013_03	866	178,4	2.091	289	709	869	967	1.144	1.358	1.668	2.183	3.146	8.574
2013_04	854	176,3	2.076	288	706	859	969	1.161	1.365	1.680	2.200	3.153	8.380
2014_01	892	173,5	2.114	301	727	889	988	1.175	1.380	1.698	2.196	3.144	8.645
2014_02	874	174,0	2.074	244	679	875	970	1.156	1.363	1.680	2.166	3.098	8.505
2014_03	869	177,3	2.077	221	652	868	964	1.154	1.361	1.682	2.165	3.108	8.597
2014_04	856	175,7	2.097	273	706	861	987	1.163	1.392	1.701	2.195	3.180	8.518
2015_01	902	170,4	2.114	294	729	904	990	1.167	1.396	1.707	2.176	3.155	8.622
2015_02	877	168,9	2.104	285	717	882	979	1.149	1.382	1.687	2.172	3.135	8.648
2015_03	863	169,2	2.077	280	700	868	968	1.140	1.369	1.670	2.156	3.136	8.481
2015_04	843	165,6	2.040	273	687	851	963	1.132	1.348	1.648	2.127	3.095	8.278
2016_01	913	161,2	2.044	269	677	889	972	1.123	1.343	1.641	2.124	3.086	8.313
2016_02	896	162,8	2.013	263	673	897	964	1.121	1.341	1.628	2.106	3.063	8.076
2016_03	885	164,4	2.031	269	686	886	963	1.132	1.357	1.633	2.118	3.079	8.184
2016_04	880	161,5	2.048	267	678	880	962	1.135	1.363	1.642	2.138	3.116	8.297
Corr. SM			0,334	0,195	0,319	0,885	0,549	0,340	0,416	0,334	0,283	0,190	0,137
Corr. PIB			0,531	0,080	0,327	- 0,169	0,198	0,442	0,278	0,477	0,531	0,493	0,617

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Pnad Contínua e SCN/DPE/IBGE.

O resultado acima sinaliza que os rendimentos médios do trabalho dos décimos em que constam os valores mais baixos possuem, como esperado, uma associação maior com os valores do SM. Para os décimos mais próximos ao topo da distribuição a associação é mais forte em relação ao PIB.

Como no período avaliado houve continuidade dos reajustes positivos do SM, por conta de sua política oficial de valorização, e praticamente não houve crescimento do PIB, o resultado encontrado no exame das correlações sinaliza para a manutenção da queda da desigualdade da renda do trabalho entre 2012 e 2016.

Para observar esta associação de forma mais agregada, procedeu-se ao exame das correlações entre as metades de maior (50% de rendimentos mais altos) e menor rendimento (50% de rendimentos mais baixos) e as mesmas séries de SM e PIB na Tabela 3.5, a seguir. Os resultados encontrados reforçam as conclusões observadas acima, uma vez que a metade de renda inferior apresentou coeficiente de correlação positivo e

relativamente alto com o SM e correlação mais fraca com o PIB. O inverso ocorreu com a metade que recebe rendimentos superiores, que apresentou forte correlação com o PIB e fraca com o SM.

Tabela 3.5
Correlação entre o salário mínimo e o PIB com as metades dos rendimentos
Brasil – 2012/2016

Trimestre	SM	PIB	Rendimento médio		
			Total	50% inferior	50% superior
2012_01	861	163,2	1.995	738	3.253
2012_02	851	168,0	1.997	749	3.246
2012_03	843	173,6	2.016	758	3.273
2012_04	829	171,9	2.007	758	3.257
2013_01	883	167,6	2.037	773	3.300
2013_02	871	174,7	2.070	782	3.359
2013_03	866	178,4	2.091	796	3.386
2013_04	854	176,3	2.076	797	3.356
2014_01	892	173,5	2.114	816	3.413
2014_02	874	174,0	2.074	785	3.363
2014_03	869	177,3	2.077	772	3.383
2014_04	856	175,7	2.097	798	3.397
2015_01	902	170,4	2.114	817	3.411
2015_02	877	168,9	2.104	803	3.405
2015_03	863	169,2	2.077	791	3.363
2015_04	843	165,6	2.040	781	3.299
2016_01	913	161,2	2.044	786	3.302
2016_02	896	162,8	2.013	783	3.243
2016_03	885	164,4	2.031	787	3.274
2016_04	880	161,5	2.048	785	3.311
Corr. SM			0,334	0,518	0,248
Corr. PIB			0,531	0,239	0,605

Fonte: Elaboração dos autores a partir de Pnad Contínua/DPE/IBGE.

Para complementar a análise desenvolvida, utilizou-se um modelo de regressão múltipla para quantificar a influência conjunta do salário mínimo e do PIB no rendimento médio nos décimos da distribuição, bem como em suas metades na análise mais agregada. Foram tomados os logaritmos das variáveis.

$$\log Y_{it} = a + b \log SM_t + c \log PIB_t + \text{resíduo}, \quad (1)$$

onde Y_{it} representa o rendimento médio do trabalho dos décimos da distribuição de rendimento, $i = 1, 2, \dots, 10$, no período de tempo t (primeiro trimestre de 2012 ao quarto de 2016). Utilizou-se também uma versão do modelo para os rendimentos das duas metades da distribuição (50% menores e 50% maiores rendimentos).

Antes de estimar o modelo, verificou-se que os dados originais – alguns décimos rendimentos, salário mínimo e PIB – parecem ser séries não estacionárias, conforme indicado pelo teste KPSS (a nível de significância de 5%), de forma que as estimativas dos coeficientes de regressão poderiam estar sendo influenciadas pela característica das séries. Para contornar isto, optou-se por estimar também as regressões utilizando as diferenças de primeira ordem das variáveis utilizadas, ou seja, $\Delta y_t = y_t - y_{t-1}$, para tornar as séries estacionárias.²⁶

A Tabela 3.6 apresenta as estimativas do modelo e o *valor-p* para a distribuição por décimos e metades de rendimentos médios. São apresentados os dois modelos – com e sem diferenças de primeira ordem.

Iniciando com os rendimentos médios das duas metades, nota-se que a relação com o SM é mais forte na primeira metade do que na segunda. Por outro lado, a associação com o PIB tende a ser um pouco mais elevada para a segunda metade dos rendimentos. Cabe observar que por se trabalhar com logaritmos das variáveis, os coeficientes do modelo sem diferenças representam uma estimativa para as respectivas elasticidades. Portanto, ela seria bem mais elevada quando considerada a primeira metade e o SM (0,757).

Ao serem considerados os décimos da distribuição, as elasticidades dos rendimentos com o SM são mais altas entre o segundo e quarto décimo da distribuição de rendimentos, reduzindo-se para os níveis mais elevados. Quanto ao PIB, as elasticidades tendem a ser menores que em relação ao SM, exceto nos três décimos superiores.

Em geral, no modelo em que são utilizadas diferenças das variáveis os valores das estimativas são menos significativos. Apresentam tendências semelhantes, porém com menores valores para R².

²⁶ Conforme pode ser verificado na tabela do teste KPSS em anexo (A4), após a tomada de diferenças houve melhora na estacionaridade das séries.

Tabela 3.6 - Resultado das estimativas dos modelos de regressão

Metade	Logaritmos					Diferenças dos logaritmos				
	R ²	SM		PIB		R ²	SM		PIB	
		Estimativa	p-valor	Estimativa	p-valor		Estimativa	p-valor	Estimativa	p-valor
1	0,486	0,757	0,002	0,408	0,016	0,267	0,340	0,024	0,225	0,289
2	0,631	0,408	0,003	0,452	0,000	0,365	0,244	0,008	0,272	0,038

$$\log(\text{renda}) \sim \log(\text{SM}) + \log(\text{PIB})$$

$$\Delta \log(\text{renda}) \sim \Delta \log(\text{SM}) + \Delta \log(\text{PIB})$$

Décimo	Logaritmos					Diferenças dos logaritmos				
	R ²	SM		PIB		R ²	SM		PIB	
		Estimativa	p-valor	Estimativa	p-valor		Estimativa	p-valor	Estimativa	p-valor
1	0,050	0,666	0,370	0,303	0,588	0,032	0,439	0,533	0,000	1,000
2	0,332	0,812	0,029	0,624	0,027	0,070	0,305	0,292	0,352	0,415
3	0,814	0,948	0,000	0,143	0,111	0,855	0,749	0,000	0,255	0,046
4	0,488	0,735	0,001	0,358	0,024	0,293	0,232	0,020	0,107	0,440
5	0,490	0,617	0,006	0,522	0,003	0,204	0,117	0,192	0,266	0,055
6	0,394	0,620	0,008	0,389	0,024	0,214	0,149	0,105	0,262	0,060
7	0,533	0,624	0,004	0,550	0,001	0,280	0,157	0,051	0,265	0,030
8	0,549	0,554	0,005	0,547	0,001	0,184	0,091	0,295	0,247	0,067
9	0,407	0,266	0,044	0,301	0,005	0,141	0,035	0,671	0,194	0,128
10	0,541	0,346	0,027	0,475	0,000	0,378	0,391	0,005	0,312	0,105

Fonte: Elaboração dos autores.

Em resumo, os resultados das regressões, confirmam o importante papel representado pelo SM no período 2012/2014 na formação dos rendimentos do trabalho para os menores níveis de renda, apontando para a continuidade de sua contribuição na melhoria da distribuição de renda até 2016.

Considerações Finais

O período analisado neste estudo foi bastante fértil sob o ponto de vista investigativo, pois apresentou grandes transformações no mercado de trabalho brasileiro, com a alternância de um longo período favorável, com altas taxas de crescimento do emprego e elevação contínua dos rendimentos; e um período recente marcado por forte deterioração das condições de trabalho e aumento do desemprego.

Como fatores positivos, têm-se desde meados dos anos 2000 até o ano de 2014, o aumento da formalização do trabalho e o aumento da renda oriunda do trabalho, observada com impacto maior entre os trabalhadores que ganham relativamente menos, ocasionando a queda da desigualdade de rendimentos.

Contudo, a crise política e econômica que se abateu sobre o país a partir de 2014 impactou fortemente o mercado de trabalho brasileiro, levando a uma deterioração dos seus indicadores, em especial a taxa de desocupação, que alcançou níveis extremamente elevados no final de 2016. O aumento significativo do número de desempregados tem efeitos diretos sobre as condições de vida da população, que passa a depender cada vez mais da rede de proteção social brasileira que, embora não seja ampla como verificada em alguns países desenvolvidos, fornece um conjunto de benefícios sociais – como o seguro desemprego e as transferências sociais – e serviços universais – como saúde – mitigando os efeitos da crise sobre a população. Este talvez seja um momento oportuno para reflexão sobre as propostas de reforma do sistema de proteção social brasileiro, pois sua reestruturação pode tornar a população ainda mais vulnerável às crises econômicas.

Embora o aumento do desemprego seja preocupante, entre os que permaneceram empregados a dinâmica foi um pouco diferente, ou seja, para aqueles que conseguiram manter seus empregos não foram notadas mudanças expressivas, seja no rendimento, cuja queda não foi tão pronunciada, seja na inserção dos trabalhadores em ocupações com proteção social. O primeiro caso se deve, muito provavelmente, ao fato do desemprego ter atingido preferencialmente os trabalhadores mais vulneráveis, com rendimentos mais baixos, minimizando, assim a queda do rendimento médio dentre os ocupados. No último caso, foi verificado aumento da participação dos trabalhadores por conta própria que contribuem para a previdência, o que mudou um pouco a composição do grupo de

trabalhadores protegidos, com uma pequena queda da participação dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada.

Comportamento semelhante pôde ser observado nos indicadores de desigualdade, que apresentaram tendência diferente da imaginada em momento da crise, quando se acreditava em seu crescimento entre os trabalhadores. As correlações e regressões realizadas mostraram que a queda da desigualdade no mercado de trabalho brasileiro está associada à política de valorização do salário mínimo, que manteve os ganhos dos décimos inferiores em patamares mais elevados do que o observado para os décimos superiores. Em outras palavras: ainda que a queda do rendimento tenha sido generalizada, quem ganha mais perdeu mais e quem ganha menos perdeu menos, ou até mesmo teve ganhos caso sua renda esteja na faixa do salário mínimo. A manutenção de empregos com proteção contribuiu para este processo, já que a formalização está relacionada preferencialmente ao emprego com carteira de trabalho assinada, cujo rendimento ainda varia muito em função do salário mínimo.

Os resultados encontrados com as regressões indicaram que as elasticidades dos baixos rendimentos em relação ao salário mínimo são bem mais elevadas do que para os maiores níveis. Portanto, em um período em que o PIB caiu, a continuidade da trajetória favorável do salário mínimo representou uma proteção contra uma eventual piora da distribuição de renda, que manteve tendência favorável pelo menos até meados de 2016.

Em resumo, a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro nos últimos quinze anos revela a importância das políticas públicas, e das políticas sociais, em particular, para a garantia das condições de vida dos trabalhadores como um todo. Como as crises são periódicas e, muitas vezes inevitáveis, as referidas políticas têm um papel importante em garantir que, após períodos de prosperidade no mercado de trabalho – como o verificado entre 2004 e 2014 –, as condições de vida dos trabalhadores sejam mantidas, mesmo para aqueles que perdem seus empregos. Para aqueles que se mantiveram empregados, objeto do presente trabalho, políticas como a de valorização do salário mínimo cumprem a função de minimizar as perdas no rendimento estabelecidas pela crise, além de garantir ao trabalhador um padrão de vida que, muito provavelmente, não seria o mesmo se definido exclusivamente pelo mercado.

Referências

AMITRANO, C. R. O regime de crescimento econômico brasileiro: uma apreciação sobre o período 1995-2009. In: **IPEA. Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília, 2010.

AMITRANO, C. R. Considerações sobre o mercado de trabalho no Brasil. In: Vanessa Petrelli Corrêa (org.). **Padrão de acumulação e desenvolvimento brasileiro**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2013.

BALTAR et al., 2010, Trabalho no governo Lula: Uma reflexão sob recente experiência brasileira. **Carta Social e do Trabalho**, n. 12, out./dez. 2010. Campinas: IE/Unicamp, 2010.

BALTAR, P. E.; LEONE, E. T. *O mercado de trabalho no Brasil nos anos 2000*. **Carta Social do Trabalho**, n. 19, Julho a Setembro. Campinas: IE/Unicamp, 2012.

BRITO, A.S. O papel do salário mínimo na redução da desigualdade da distribuição de renda no Brasil entre 1995 e 2013. **Tese (Doutorado em Economia)**. Niterói: UFF, 2015.

CEPAL; OIT. **Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A Experiência Brasileira Recente**. Brasília, 2008.

CODACE. *Comitê de Datação de Ciclos Ecoômicos*. Rio de Janeiro: Agosto de 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/andre.simoies/Downloads/Comite%20de%20Datacao%20de%20Ciclos%20Economicos%20-%20Comunicado%20de%204_8_2015%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/andre.simoies/Downloads/Comite%20de%20Datacao%20de%20Ciclos%20Economicos%20-%20Comunicado%20de%204_8_2015%20(2).pdf) . Acesso em: 3 de Dezembro de 2016.

COBHAM, A. *Palma vs Gini: measuring post-2015 inequality*. London: Center for Global Development - CGD, 2013. Disponível em: <http://www.cgdev.org/blog/palma-vs-ginimeasuring-post-2015-inequality> . Acesso em: out. 2016.

DEDECCA, C. S. Notas sobre a Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 25, n. 1 (97), p. 94-111, jan./mar., 2005.

DIEESE. Balanço das negociações dos reajustes salariais de 2015. **Estudos e Pesquisas**, nº 80. São Paulo: Dieese, abril/2016.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

HALLAK NETO, J. A Distribuição Funcional da Renda e a Economia não Observada no Âmbito do Sistema de Contas Nacionais do Brasil. Tese (**doutorado em economia**). Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

HOFFMANN, R. *A desigualdade relevante não caiu de 2014 a 2015*. Disponível em: <http://iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2016/12/RH2015B.pdf> Acesso em 16 de janeiro de 2017.

KREIN et al. Trabalho no governo Lula: avanços e contradições. **Revista ABET** v. X - n. 2 - Jul./Dez. 2011.

MEDEIROS, C. A. Salário Mínimo e Desenvolvimento Econômico. In: **Salário Mínimo e Desenvolvimento**. BALTAR, P.; DEDECCA, C.; KREIN, J. D. (org.). Campinas, 2005.

RAMOS, L. Desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: 1992-2005. **Revista de Economia Política**, v. 29, n. 4 (116), p. 406-420, outubro-dezembro/2009.

OIT. Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo. In: **CONFERENCIA INTERNACIONAL DE ESTADÍSTICOS DEL TRABAJO**, 19., 2013, Ginebra. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo - OIT, 2013. Disponível em: <<http://www.ilo.org/global/statistics-and-databases/meetings-and-events/international-conference-of-labour-statisticians/19/lang-es/index.htm>>. Acesso em: ago. 2016.

PALMA, G. Homogeneous middles vs. heterogeneous tails, and the end of the ‘Inverted-U’: the share of the rich is what it’s all about. **Cambridge Working Papers in Economics** (CWPE), 2011. Disponível em: <http://www.econ.cam.ac.uk/dae/repec/cam/pdf/cwpe1111.pdf> . Acesso em: Dezembro de 2016

SABOIA, J. O Salário Mínimo e seu Potencial para a Melhoria da Distribuição de Renda no Brasil. In: BARROS, R.P.; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (Org). **Desigualdade de**

Renda no Brasil: uma análise da queda recente, vol II. Rio de Janeiro: IPEA, ago. 2007.

SABOIA, J. Baixo crescimento econômico e melhora do mercado de trabalho - Como entender a aparente contradição? **Estudos Avançados**, v. 28, n. 81, 2014

SABOIA, J. e HALLAK Neto, J. Salário Mínimo e Distribuição de Renda no Brasil a partir dos Anos 2000. **Texto para Discussão**, TD 002/2016. Instituto de Economia/UFRJ, 2016.

SIMÕES, A. e DICK, P. Indicadores de Trabalho. In: **Panorama Nacional e Internacional da Produção de Indicadores Sociais**. Simões, A; Fresneda, B (org). Rio de Janeiro: IBGE, 2016

SUMMA, R. Mercado de trabalho e a evolução dos salários no Brasil. **Texto para discussão**, TD 013/2014. Instituto de Economia/UFRJ, 2014.

SQUEFF, G. Desindustrialização em debate: aspectos teóricos e alguns fatos estilizados da economia brasileira. **Radar: tecnologia, produção e comércio exterior**. N. 21. IPEA, 2012.

Anexo Estatístico

A1 - Variação anual em volume do Produto Interno Bruto – Brasil 1996/2016

Ano	PIB (%)
1996	2,2
1997	3,4
1998	0,3
1999	0,5
2000	4,4
2001	1,4
2002	3,1
2003	1,1
2004	5,8
2005	3,2
2006	4,0
2007	6,1
2008	5,1
2009	-0,1
2010	7,5
2011	3,9
2012	1,9
2013	3,0
2014	0,5
2015*	-3,8
2016*	-3,6

* Resultados preliminares obtidos pelo Sistema de Contas trimestrais (SCT).
Fonte: SCN/IBGE.

A2 - Taxa trimestral de crescimento do PIB em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – Brasil 2012/2016

Período (trim)	PIB (%)
2012.01	1,7
2012.02	1,0
2012.03	2,5
2012.04	2,5
2013.01	2,7
2013.02	4,0
2013.03	2,8
2013.04	2,6
2014.01	3,5
2014.02	-0,4
2014.03	-0,6
2014.04	-0,3
2015.01	-1,8
2015.02	-3,0
2015.03	-4,5
2015.04	-5,8
2016.01	-5,4
2016.02	-3,6
2016.03	-2,9
2016.04	-2,5

Fonte: SCN e SCT/IBGE.

A3 - Séries trimestrais de SM nominal, IPCA acumulado no trimestre, IPCA acumulado até o fim do período e SM real – Brasil 2012/2016

Período (trim)	SM nom (R\$)	IPCA trim (%)	IPCA fim* (%)	SM real (R\$)
2012.01	622	1,22	38,5	861
2012.02	622	1,08	36,8	851
2012.03	622	1,42	35,6	843
2012.04	622	1,99	33,2	829
2013.01	678	1,94	30,3	883
2013.02	678	1,18	28,5	871
2013.03	678	0,62	27,8	866
2013.04	678	2,04	25,9	854
2014.01	724	2,18	23,3	892
2014.02	724	1,54	20,8	874
2014.03	724	0,83	20,0	869
2014.04	724	1,72	18,2	856
2015.01	788	3,83	14,4	902
2015.02	788	2,26	11,3	877
2015.03	788	1,39	9,5	863
2015.04	788	2,82	7,0	843
2016.01	880	2,62	3,7	913
2016.02	880	1,75	1,8	896
2016.03	880	1,04	0,5	885
2016.04	880	0,74	-	880

* IPCA acumulado do trimestre de referência até o quarto trimestre de 2016.

Valores atualizados para o quarto trimestre de 2016.

Fonte: IPCA/IBGE.

A4 - Testes KPSS para avaliação da estacionariedade das séries – Brasil 2012/2016

Grupos		Sem transformar		Diferenças		Logaritmo		Diferença do log	
		p-valor	Decisão	p-valor	Decisão	p-valor	Decisão	p-valor	Decisão
Rendimento	Total	> 0,1	ok	> 0,1	ok	> 0,1	ok	> 0,1	ok
	D1	> 0,1	ok	> 0,1	ok	> 0,1	ok	> 0,1	ok
	D2	> 0,1	ok	> 0,1	ok	> 0,1	ok	> 0,1	ok
	D3	0,014	não	> 0,1	ok	0,013	não	> 0,1	ok
	D4	0,021	não	0,079	ok	0,021	não	0,073	ok
	D5	0,056	ok	0,070	ok	0,054	ok	0,064	ok
	D6	0,023	não	> 0,1	ok	0,023	não	> 0,1	ok
	D7	0,065	ok	0,025	não	0,063	ok	0,023	não
	D8	0,091	ok	0,050	ok	0,089	ok	0,047	não
	D9	0,094	ok	> 0,1	ok	0,093	ok	> 0,1	ok
	D10	> 0,1	ok	> 0,1	ok	> 0,1	ok	> 0,1	ok
	M1	0,045	não	> 0,1	ok	0,043	não	> 0,1	ok
M2	> 0,1	ok	> 0,1	ok	> 0,1	ok	> 0,1	ok	
SM	0,045	não	> 0,1	ok	0,046	não	> 0,1	ok	
PIB	0,058	ok	> 0,1	ok	0,056	ok	> 0,1	ok	

Nota: O teste KPSS verifica a hipótese nula de estacionariedade da série. Utilizou-se um nível de significância de 5%.

Fonte: Elaboração dos autores.